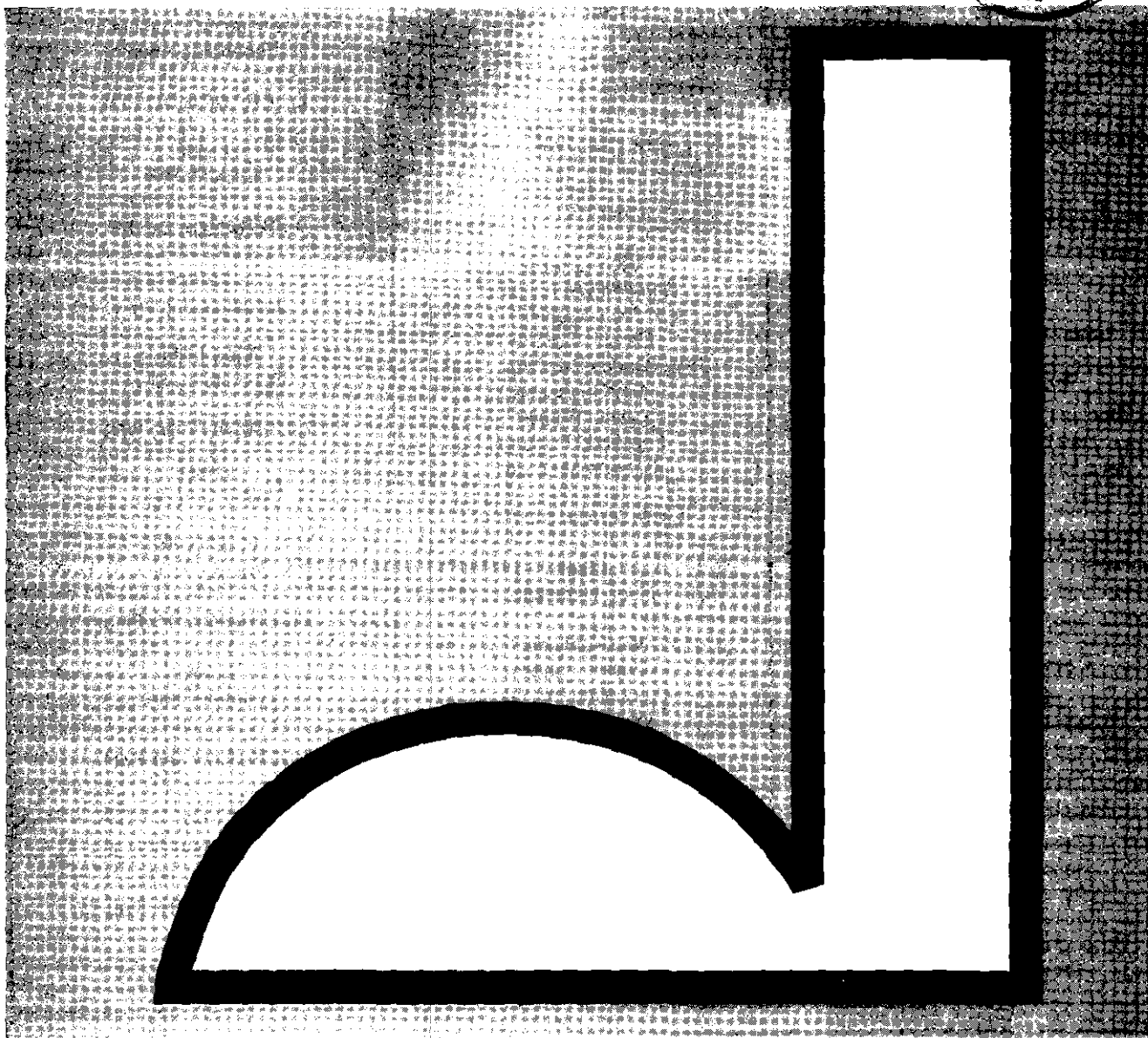




República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LI - Nº 015

TERÇA-FEIRA, 30 DE JANEIRO DE 1996

BRASÍLIA - DF

MESA**Presidente**

José Sarney – PMDB – AP

1º Vice-Presidente

Teotônio Vilela Filho – PSDB – AL

2º Vice-Presidente

Júlio Campos – PFL – MT

1º Secretário

Odacir Soares – PFL – RO

2º Secretário

Renan Calheiros – PMDB – AL

3º Secretário

Levy Dias – PPB – MS

4º Secretário

Emandes Amorim – PMDB – RO

Suplentes de Secretário

Antonio Carlos Valadares – PSB – SE

José Eduardo Dutra – PT – SE

Luiz Alberto de Oliveira – PTB – PR

Ney Suassuna – PMDB – PB

CORREGEDORIA PARLAMENTAR**Corregedor**

(Eleito em 18-3-95)

Romeu Tuma – PSL – SP

Corregedores Substitutos

(Eleitos em 16-3-95)

1º) Senador Ramez Tebet – PMDB – MS

2º) Senador Joel de Holanda – PFL – PE

3º) Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Designação: 16 e 23-11-95)

Nabor Júnior – PMDB – AC

Waldeck Ornelas – PFL – BA

Emília Fernandes – PTB – RS

José Ignácio Ferreira – PSDB – ES

Lauro Campos – PT – DF

LIDERANÇA DO GOVERNO**Líder**

Elcio Alvares – PFL – ES

Vice-Líderes

José Roberto Arruda – PSDB – DF

Vilson Kleinübing – PFL – SC

Ramez Tebet – PMDB – MS

Luiz Alberto de Oliveira – PTB – PR

LIDERANÇA DO PMDB**Líder**

Jáder Barbalho

Vice-Líderes

Ronaldo Cunha Lima

Nabor Júnior

Gerson Cameta

Carlos Bezerra

Ney Suassuna

Gilvan Borges

Fernando Bezerra

Gilberto Miranda

LIDERANÇA DO PFL**Líder**

Hugo Napoleão

Vice-Líderes

Edison Lobão

Francelino Pereira

Joel de Holanda

Romero Jucá

LIDERANÇA DO PSDB**Líder**

Sérgio Machado

Vice-Líderes

Geraldo Melo

José Ignácio Ferreira

Lúcio Coelho

LIDERANÇA DO PPB**Líder**

Epitácio Cafeteira

Vice-Líderes

Leomar Quintanilha

Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PDT**Líder**

Júnia Marise

LIDERANÇA DO PT**Líder**

Eduardo Suplicy

Vice-Líder

Benedita da Silva

LIDERANÇA DO PTB**Líder**

Valmir Campelo

Vice-Líder

Arlindo Porto

LIDERANÇA DO PPS**Líder**

Roberto Freire

LIDERANÇA DO PSB**Líder**

Ademir Andrade

LIDERANÇA DO PSL**Líder**

Romeu Tuma

EXPEDIENTE**AGACIEL DA SILVA MAIA**

Diretor-Geral do Senado Federal

CLAUDIONOR MOURA NUNES

Diretor Executivo do Cegraf

JÚLIO WERNER PEDROSA

Diretor Industrial do Cegraf

RAIMUNDO CARREIRO SILVA

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

MANOEL MENDES ROCHA

Diretor da Subsecretaria de Ata

DENISE ORTEGA DE BAERE

Diretora da Subsecretaria de Taquígrafia

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Impresso sob a responsabilidade da
Presidência do Senado Federal
(Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 16ª SESSÃO NÃO-DELIBERATIVA, EM 29 DE JANEIRO DE 1996

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Discursos do Expediente

SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA – Homenagens de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Roberto Cardoso Alves e do professor Adereson Moreira da Rocha. Crescimento da indústria editorial brasileira, decorrente do plano de estabilização econômica do governo. 01032

SENADOR JOEL DE HOLLANDA – Criação da Frente Parlamentar em Defesa do Setor Sucroalcooleiro do País. Esforços para a revitalização do Programa Nacional do Alcool. 01036

SENADOR BERNARDO CABRAL – Comentários à matéria publicada no jornal *Folha de S. Paulo*, edição de 28 do corrente, intitulada *Perda da Amazônia toma imaginação militar* – especialistas vêm interesse de grandes potências de internacionalizar região e defendem ação preventiva, assunto tratado por S. Exª na Câmara dos Deputados quase trinta anos atrás. 01039

1.2.2 – Ofícios

Nº 44, de 1996, da Liderança do PT, na Câmara dos Deputados, referente à substituição de membros na Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 1.287/95. 01043

Nº 53, de 1996, da Liderança do Bloco Parlamentar PFL/PTB, na Câmara dos Deputados, referente à substituição de membro na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. 01043

1.2.3 – Requerimentos

Nº 35, de 1996, de autoria dos Senadores Lúcio Alcântara e Antonio Carlos Magalhães, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Federal e ex-Ministro do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio, Roberto Cardoso Alves. **Aprovado**, tendo o Sr. Presidente, Sr. Epitácio Cafeteira, usado da palavra em nome da Mesa. 01043

Nº 36, de 1996, do Senador Lúcio Alcântara, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Se-

nado nº 306, de 1995, que dispõe sobre os instrumentos de controle do acesso aos recursos genéticos do País, além da Comissão de Assuntos Sociais, constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Constituição e Justiça. 01044

1.2.4 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR LAURO CAMPOS – Críticas ao Banco Central. Comentários sobre artigo do jornalista Rubem Azevedo Lima, intitulado *Brasil no mundo do crime*, publicado no jornal *Correio Braziliense*, edição de hoje. 01044

SENADORA EMÍLIA FERNANDES – Reflexões sobre o tema apresentado no programa *Fantástico*, da Rede Globo, em 28-1-96, acerca do turismo sexual na região Nordeste: O abuso sexual em crianças. Cumprimos o Presidente da Embratur pela sua pronta atuação acerca da prostituição no turismo brasileiro. 01047

SENADOR ROMERO JUCÁ – Solidariedade à Diretoria da Suframa, a propósito de denúncias contra a distribuição irregular dos recursos previstos na Portaria nº 201/95. Defesa da Zona Franca de Manaus. 01050

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 115 e 116, de 1996 01053

3 – EDITAL

Nº 5/96, Concurso Público para o cargo de Assessor Legislativo (Áreas Um e Doze) do Senado Federal. 01054

4 – MESA DIRETORA

5 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

6 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

7 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

9 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

10 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (SEÇÃO BRASILEIRA)

Ata da 16ª Sessão não-deliberativa, em 29 de janeiro de 1996

1ª Sessão Legislativa Extraordinária, da 50ª Legislatura

Presidência dos Srs. Epitácio Cafeteira e Beni Veras

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 30 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Epitácio Cafeteira) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Concedo a palavra ao Senador Joel de Hollanda. (Pausa)

Concedo a palavra ao Senador Lúcio Alcântara. S. Exª tem vinte minutos para fazer o seu pronunciamento.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB-CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, antes de tratar da matéria objeto do meu pronunciamento, quero fazer dois registros de óbito. O primeiro deles é relativo ao requerimento que apresentei à Mesa para registrar o voto de pesar – e o Senado deve dar ciência à família – pela morte do Deputado Roberto Cardoso Alves.

O Deputado Roberto Cardoso Alves, paulista, foi Vereador e Deputado Estadual, em sucessivos mandatos, de São Paulo. Foi também Deputado Federal, inclusive, Constituinte, e Ministro de Estado da Indústria e do Comércio no período de Governo do Presidente José Sarney. Faleceu, vítima de um acidente automobilístico, quando se deslocava para uma reunião do seu partido, o PTB, Partido Trabalhista Brasileiro, dando à imprensa ciência de que ele brevemente assumiria o mandato de Deputado Federal, na condição de Primeiro Suplente, por afastamento do Deputado José Coimbra. Tive, como o Senador Bernardo Cabral, a oportunidade de privar com o Deputado Roberto Cardoso Alves, que era um homem extrovertido, combativo e que defendia as suas opiniões de maneira muito determinada. Ele, inclusive, sem que se queira entrar no mérito da iniciativa e do movimento que terminou por ter uma grande importância no funcionamento da Assembleia Nacional Constituinte, foi um dos organizadores, um dos líderes do chamado "Centrão", que terminou por impor-se como um grupo majoritário na Constituinte e promoveu várias alterações no capítulo Da Ordem Econômica, durante o processo de votação da nova Constituição.

Portanto, com o requerimento que apresentei – e aproveito o ensejo para encaminhar à votação no momento próprio – venho solicitar que o Senado Federal consigne um voto de pesar na Ata de seus trabalhos e dê ciência dessas condolências à família do Deputado e Ministro, do homem público, que teve uma longa atividade na política brasileira e paulista, Roberto Cardoso Alves, tragicamente desaparecido em acidente viário no interior do Estado de São Paulo.

Sr. Presidente, o outro registro de pesar que faço é pelo falecimento do Professor Aderson Moreira da Rocha, ocorrido no dia 25 de janeiro na cidade do Rio de Janeiro.

O Professor Aderson Moreira da Rocha era formado em Engenharia pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro e foi professor catedrático da Escola de Arquitetura e da Escola de Engenharia da hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Era cearense de nascimento, filho de uma tradicional família do Ceará, inclusive muito ligada à política local. Seu pai, Dr. Manoel Moreira da Rocha, foi Deputado e chefe político do Ceará durante muitos anos. Era um homem que tinha uma grande bravura pessoal e recebeu a alcunha, pela qual era muito conhecido no Ceará, de "Manuel Onça", justamente pela sua combatividade.

O professor Aderson tinha irmãos que militaram na política, como, por exemplo, Crisântemo Moreira da Rocha, que foi Deputado Federal em várias legislaturas e fundador da Casa do Ceará, uma benemérita instituição aqui em Brasília, que presta um grande serviço às pessoas mais necessitadas; Acrísio Moreira da Rocha, Prefeito de Fortaleza por dois mandatos e interventor do Ceará no período do Estado Novo; Péricles Moreira da Rocha, que foi Deputado Estadual em várias legislaturas no Ceará; e outros irmãos que se destacaram em várias atividades profissionais.

O professor Aderson Moreira da Rocha foi, ainda, professor *honoris causa* de várias universidades estrangeiras, ajudou a organizar o curso de Engenharia da Universidade de Brasília, fundou várias revistas técnicas que difundiam artigos, principalmente sobre cálculo estrutural e sobre concreto ar-

mado, formou grande contingente de calculistas que dele receberam segura orientação técnica e profissional e foi um dos responsáveis pela massificação do uso do concreto armado no Brasil. Inclusive, aqui em Brasília, o cálculo da primeira ponte sobre o Lago Paranoá foi de sua autoria.

Portanto, ao fazer este registro, quero pedir um voto de pesar pelo seu falecimento, ocorrido no Rio de Janeiro, e que se dê ciência à família do fato.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, gostaria ainda de fazer um comentário a propósito de notícias publicadas no jornal **Folha de S. Paulo**, nos dias 07 e 22 de janeiro. Essas notícias nos dão conta de um episódio interessante.

Quando se fala nos benefícios que o Plano Real acarretou, geralmente se refere à maior aquisição de alimentos por parte da população de renda mais baixa e ao aumento do consumo de frango, uma espécie de símbolo de que o Plano Real tem caráter redistributivo da renda e, portanto, representa melhoria da condição de vida de muitos brasileiros que vivem em situação ainda bastante difícil.

Todavia, pelas matérias publicas na **Folha de S. Paulo**, com muitos dados estatísticos, verificamos que, com o Plano Real, aumentou também o consumo de livros no Brasil. Não é apenas o pão material, mas também o pão do espírito que está tendo seu consumo aumentado com o Plano Real.

O próprio Altair Brasil, Presidente da Câmara Brasileira do Livro, diz que o faturamento global do setor editorial aumentou 35% e que o número de exemplares impressos cresceu 25%. Portanto, um excelente desempenho do setor editorial brasileiro, considerado pelos editores um efeito direto da política de estabilidade econômica do Governo.

É interessante observar que esse setor funciona, na verdade, com vários subsetores. Há um subsetor de livros didáticos, um subsetor de obras de caráter geral – literatura, biografias, etc –, e outro de livros religiosos. Enfim, é um setor que se desdobra em vários subsetores.

Dados que resultam de estudos realizados pela Fundação João Pinheiro, um instituto muito credenciado em Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais, mostram que o crescimento na edição de livros e no faturamento do setor editorial se dá, sobretudo, às custas do setor de livros didáticos e de livros religiosos.

Em relação aos livros didáticos, o faturamento, em 1994, foi de US\$612 milhões. Em 1995, esse número cresceu, teve uma variação muito significativa,

passou para US\$1.030 milhões. Da mesma forma aconteceu com o número de exemplares: 146 milhões em 1994, passando para 161 milhões em 1995.

Um outro setor que também apresentou grande avanço foi o setor de livros religiosos.

Agora, um dado interessante, que precisa ser melhor estudado, é que, apesar da estabilidade da economia, os livros tiveram os seus preços bastante aumentados. Inclusive, ressaltamos um dado interessante: segundo cálculos realizados pelo jornal a **Folha de S. Paulo**, há uma grande disparidade de preço entre os livros didáticos adquiridos pelo Governo Federal, pela FAE, e os livros adquiridos por outras instituições governamentais, governos estaduais e municipais. O preço do livro comprado pelo Governo Federal é inferior, muito mais baixo que o cálculo feito para o livro didático adquirido pelos Estados e Municípios.

Os dados da **Folha de S. Paulo** mostram o seguinte:

"No ano passado, as editoras do setor imprimiram 161,8 milhões de exemplares e faturaram US\$1.030 milhões. Ou seja, cada livro custou, em média, US\$6,36.

A FAE (Fundação de Amparo ao Estudante), ligada ao Ministério da Educação, foi responsável por dois terços de todas as compras. Mas ela só aceitou pagar por cada livro em torno de US\$2,65."

Quer dizer, a FAE, na verdade, adquiriu os livros por um preço bastante inferior ao preço médio, que se obteve dividindo o número de livros produzidos pelo total do faturamento. Continua a reportagem:

"De duas uma: ou as editoras praticam lucros excessivos ao escoarem uma parte da sua produção nas livrarias, para consumo particular, ou então, ao venderem para os governos estaduais e prefeituras, aplicam uma tabela com preços mais altos que os praticados com o Governo Federal.

Um editor, que por motivo óbvio pede para não ser identificado, diz existir uma combinação das duas coisas."

Há, portanto, algo a ser esclarecido, já que o livro didático representa um volume de faturamento bastante alto e os preços praticados, em relação a Estados e Municípios, estariam, em princípio, até em relação ao público em geral que adquire o livro nas livrarias, maior que os preços vendidos ao Governo Federal.

De uma maneira geral, estima-se que já teria havido um aumento do preço do livro em dólar, em 1995, de 36% sobre o preço em 1994. Quer dizer, um aumento realmente muito alto em um regime de estabilidade econômica como este que estamos vivendo. Se de um lado houve um grande aumento na produção, na impressão e na distribuição de livros, esse aumento excessivo certamente contribuiu para impedir que muitos brasileiros pudessem ter acesso ao livro, porque o preço fica proibitivo.

Há uma matéria publicada no **Correio Brasileiro** do dia 21 de janeiro, domingo, que mostra uma coisa interessante: os livros estrangeiros, mesmo de autores nacionais, são vendidos no Brasil mais baratos do que os livros brasileiros. Então, há algo que precisa ser esclarecido, sobretudo se estamos vivendo agora em um regime de abertura econômica, de abertura alfandegária, de inserção do Brasil na economia internacional, de globalização. As editoras brasileiras vão ter que se preparar para poder competir.

Na matéria que citei, do **Correio Brasileiro**, os livros de Jorge Amado, "Tereza Batista", em português custa R\$19,90, em francês R\$13,30. "Tieta do Agreste", em português, R\$25,90, em inglês R\$17,91, em alemão R\$20,81. "Tocaia Grande", em português, R\$19,90, em alemão R\$19,00. Celso Furtado: "Brasil, Construção Interrompida", em português R\$12,00, em espanhol R\$10,00 e assim por diante. Quer dizer, é possível que vários fatores estejam influenciando nesses preços, um deles as tiragens brasileiras, que são muito baixas, o que, evidentemente, encarece muito o livro. As tiragens, em média, são de três mil, quatro mil exemplares no máximo. Ainda há um outro fator que é a cadeia de distribuição. Sabemos que há a participação do autor, seus direitos autorais; do editor, que edita o livro; do setor gráfico, que imprime o livro; do distribuidor, que no Brasil são apenas 30; e da rede de livrarias, cerca de 700 no Brasil. Muitas vezes existem acusações mútuas de que o livro está encarecido porque alguém está ganhando mais do que devia na cadeia de produção e distribuição do livro.

É preciso que o Ministério da Cultura se empenhe em examinar esse problema para que possamos definir uma política do livro. Vimos que o quadro é favorável, houve um aumento acentuado no número de exemplares produzidos, no número de títulos lançados no mercado editorial, mas o preço tão elevado certamente impede que um maior número de brasileiros possa adquiri-los e, portanto, beneficiar-se dessa condição que o Plano Real está forne-

cendo, qual seja, a redistribuição da renda e o aumento do consumo, principalmente das populações que estavam completamente à margem do mercado. Com essa redistribuição garantida pelo Plano Real, essas populações puderam comprar alguma coisa, inclusive livros para a formação intelectual da família, uma vez que os livros, em sua maioria, são didáticos.

O Sr. Arlindo Porto – V. Exª me permite um aparte?

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Concedo o aparte a V. Exª.

O Sr. Arlindo Porto – Senador Lúcio Alcântara, ouço, com muita alegria, esse registro de V. Exª. Sabemos que, mais do nunca, a Educação não se consolida se não houver cultura. E a leitura é uma fase importante especialmente para a classe média e classe média baixa introduzirem-se no processo cultural. Ao registrar vários segmentos de crescimento da comercialização de livros, V. Exª nos deixa muito tranquilos e com a certeza de que o Brasil está efetivamente mudando. O registro de V. Exª também nos leva a fazer uma reflexão. V. Exª registra o crescimento econômico. A venda de livros representa, sem dúvida, um crescimento. Mas o que nos preocupa é o fato de que o crescimento econômico tenha ocorrido de maneira segmentada. Há apenas alguns poucos setores que estão sentindo esse crescimento. Recentemente, tivemos oportunidade de debater aqui nesta Casa esta questão e acompanhar de perto, especialmente aqueles que têm ligação direta com o interior do País, com o interior dos nossos Estados, principalmente dos Estados que têm uma maior dependência da agricultura e da pecuária. Sentimos que esse segmento está sendo extirpado do processo econômico; há uma queda substancial.

Está aí agora, também de maneira bastante incrementada, a área do micro e pequeno empresário, que vem sofrendo com esse crescimento segmentado. Sabemos que não podemos tecnicamente registrar um processo de recessão no País. Isso são pontos técnicos, mas muitas vezes segmentos econômicos estão sofrendo muito.

Quando V. Exª registra o crescimento de preço de 35% apenas em um ano, isso é mais grave ainda. Como estamos vivendo num processo de estabilidade econômica, o País tem que estar preparado para que, no momento em que houver crescimento em determinado segmento, tenhamos condições de abastecer o mercado. Incentivar investimento, creio eu, é uma grande alternativa; não abrir incentivos e

fazer redução de impostos para segmentos isolados. Mas, muito mais do que isso, há que se promover o incentivo no sentido de abrir possibilidade de mais aplicação de recursos, de mais geração de emprego, de melhoria da tecnologia, enfim, há que se fazer uma análise do custo do Brasil. E V. Exª faz isso de maneira muito clara. Cumprimento-o pela abordagem desse tema, que, no processo econômico, é fundamental, e, no processo da cultura, passa a ser para nós um grande alento, em que o povo brasileiro se prepara de maneira melhor, no aspecto cultural, e, fatalmente, através da cultura e da educação, para que tenhamos um desenvolvimento mais igualitário.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Muito obrigado, Senador Arlindo Porto. Devo dizer que a Câmara Brasileira do Livro endereçou uma carta ao jornal **Folha de S. Paulo** contestando esses cálculos, alegando que eram imprecisos. De toda forma, há um estudo, que inclusive estou tentando obter, da Fundação João Pinheiro, que fornece dados muito precisos, muito detalhados. É uma pesquisa encomendada pela própria Câmara Brasileira do Livro. Mas o que não se pode deixar de reconhecer é que o livro no Brasil é caro. Parece-me que houve um aumento de 36%.

Precisamos ir atrás também das razões por que o livro é tão caro. Há inclusive muitos editores hoje que imprimem seus livros fora do País: no Chile e até em países da Europa. Mandam imprimir o livro lá e trazem para lançar aqui no Brasil, porque alegam que nesses países o custo da produção gráfica é mais baixo do que o do Brasil.

Há que se estudar isso, porque sabemos que uma das ameaças que temos sobre esse plano de estabilidade econômica, como V. Exª acabou de falar, é o problema do emprego. Se não temos capacidade de operar o nosso setor industrial, é evidente que vai haver liberação de mão-de-obra. O mais grave é que, muitas vezes, essa tecnologia nova, assimilada para baixar esse chamado custo do Brasil, implica a liberação de mão-de-obra, quer dizer, o desemprego.

Estamos vivendo – não só o Brasil, mas o mundo todo – uma situação paradoxal extremamente grave, quer dizer, de melhorar a competitividade e de produzir mais, melhor e mais barato, mas, ao mesmo tempo, manter ou gerar novos empregos. Esse é um desafio que está diante do mundo todo, da União Européia, dos Estados Unidos, e sobretudo dos países em desenvolvimento, como o nosso, que estão a braços com planos de ajuste econômico.

O Sr. Bernardo Cabral – V. Exª me permite um aparte, Senador Lúcio Alcântara?

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Pois não, Senador Bernardo Cabral.

O SR. PRESIDENTE (Epitácio Cafeteira) – A Mesa informa ao orador e ao aparteante que o tempo já está esgotado; No entanto, pode permitir o aparte, porque o nobre Senador não notou que a luz de advertência estava acesa. Anotamos o aparte e o final do discurso de V. Exª.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Sr. Presidente, vou só ter o prazer de ouvir o Senador Bernardo Cabral. Em seguida concluirei o meu pronunciamento.

O Sr. Bernardo Cabral – Agradeço ao eminente Presidente por ter feito essa gentileza. Realmente eu não poderia ver a advertência, porque V. Exª encantou de tal forma o Plenário que as atenções estavam todas voltadas para o seu discurso. Eu dizia que queria louvar a abordagem de V. Exª sobre este assunto, porque um dia tive a curiosidade de comparar o Brasil com um país da América Central, o México, em termos de livraria. Fiquei profundamente decepcionado ao ver como estamos aquém, mas muito aquém das livrarias que ali existem. Não quero nem comparar com a Europa. Em sentido contrário, pesquisei o número de farmácias e fiquei também decepcionado, porque no Brasil temos uma imensa quantidade de farmácias. Enquanto tivermos mais farmácias do que livrarias, o grito de V. Exª vai ecoar sempre.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Muito obrigado, Senador Bernardo Cabral. V. Exª faz um paralelo interessante. Realmente, encontramos uma farmácia em cada esquina ou em cada quarteirão. Isso nos faz lembrar a frase famosa de Miguel Couto: "O Brasil é um vasto hospital". E o pior é que, por meio dessas farmácias, as pessoas se automedicam, quer dizer, muitas vezes consomem medicamentos desnecessariamente ou então até com um certo risco, porque muitos medicamentos têm um risco potencial, têm para-efeitos que são desagradáveis, que podem trazer problemas, doenças iatrogênicas.

Portanto, queria terminar o meu registro – e agradecer a tolerância do Presidente –, e dizer que ele tem este objetivo: mostrar o crescimento, o vigor da indústria editorial brasileira, que decorre, como dizem os próprios responsáveis pela Câmara Brasileira do Livro, do plano de estabilização econômica. Vejam que a indústria editorial lançou 41 mil títulos em 1995, produzindo 304 mil exemplares e faturando US\$1 bilhão e 600 milhões nesse ano de 1995, mas há que se corrigirem distorções, como o preço do livro e a possibilidade de se entregar o livro nas

mãos dos que não têm nenhuma condição para pagar o seu preço.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Epitacio Cafeteira) – Ao iniciar os nossos trabalhos, concedi a palavra ao nobre Senador Joel de Hollanda. Não notei, todavia, que S. Ex^a estava na galeria da imprensa, e dei-o como ausente. Não era verdade. A Mesa não tem por que deixar de reconhecer o seu erro. Por isso, pede vênua ao nobre Senador Bernardo Cabral, mas faz justiça, concedendo a palavra ao nobre Senador Joel de Hollanda, primeiro inscrito da reunião de hoje.

O SR. BERNARDO CABRAL – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Epitacio Cafeteira) – Concedo a palavra ao nobre Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL (Sem Partido-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, ainda que o eminente Senador Joel de Hollanda não estivesse à galeria de imprensa, o que já é uma justificativa, S. Ex^a terá todos os privilégios, enquanto for eu o orador que o sucede. Não tenho nenhuma dúvida em ouvi-lo primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Epitacio Cafeteira) – Com a palavra o nobre Senador Joel de Hollanda.

O SR. JOEL DE HOLLANDA (PFL-PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a a gentileza da deferência e também ao nobre companheiro Bernardo Cabral pela sua fidalguia em permitir que eu usasse, em primeiro lugar, o microfone do Senado Federal nesta tarde.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna saudar o surgimento da Frente Parlamentar em Defesa do Setor Sucroalcooleiro do País. Trata-se, Sr. Presidente, Srs. Senadores, de um movimento político da maior importância, que, no seu nascedouro, já contou com a adesão de 70 deputados federais e cerca de 10 senadores, que compareceram ao auditório Nereu Ramos e assinaram a ficha de criação dessa frente parlamentar.

E qual é o seu objetivo? Em primeiro lugar, é defender o Programa Nacional do Alcool, promover o debate de alternativas para os problemas que esse programa atualmente enfrenta e também acompanhar as decisões do Governo referentes ao setor sucroalcooleiro.

O Brasil, Sr. Presidente, Srs. Senadores, como todos sabemos, desenvolveu uma tecnologia de produção de álcool de caráter pioneiro; foi o primeiro país a pesquisar essa tecnologia e desenvolvê-la de forma racional e eficiente, produzindo álcool em

quantidade suficiente para abastecer uma boa parte da frota nacional de veículos.

E fez esse grande esforço a partir da convocação do Governo do Presidente Ernesto Geisel para que se produzisse uma fonte renovável de energia. O empresariado brasileiro respondeu a esse grande desafio: produziu álcool de boa qualidade, e o Brasil conseguiu, em pouco tempo, afirmar-se como uma nação detentora de uma tecnologia extremamente importante para a composição, o reforço da matriz energética nacional.

Por isso, afirmamos que o Brasil se orgulha de ser o único País capaz de criar uma alternativa concreta para o petróleo.

O álcool carburante, produzido pelo Programa Nacional do Alcool, serve de exemplo para todo o mundo. É evidente que não precisamos, passiva e eternamente, depender do petróleo, pois este combustível, fonte energética eficiente e; no momento, barata, é politicamente melindroso, fisicamente esgotável e ambientalmente muito agressivo.

Os produtores que responderam a esse apelo do Governo o fizeram com determinação, entusiasmo e demonstraram que podem dar respostas econômicas válidas para esse grande desafio do Governo brasileiro de complementar a sua matriz energética.

Sr. Presidente, passado o Governo Geisel e, mais recentemente, os Governos anteriores, o Programa Nacional do Alcool não vem recebendo o respaldo necessário. O resultado é que dezenas e dezenas de destilarias e usinas, espalhadas por todo o território nacional, passam por extremas dificuldades. E o que é pior, ameaça levar ao desemprego cerca de um milhão e trezentos mil trabalhadores que diretamente tiram o seu sustento do setor sucroalcooleiro do nosso País.

Esse drama torna-se mais flagrante quando observamos que o próprio Governo brasileiro já está preocupado com o nível de desemprego em nosso País. Como aceitar que esse programa seja desmobilizado e que jogue na rua milhares de trabalhadores, quer do setor agrícola, quer do setor industrial de produção do álcool?

É por isso que, em bom momento, os parlamentares que representam esses Estados, aí incluídos deputados e senadores, reuniram-se para formar essa frente em defesa do Proálcool, dando apoio político para que o programa não seja desativado, mas, ao contrário, para que ele seja desenvolvido, ampliado e possa dar essa sua contribuição ao nosso País.

É importante salientar que enquanto o Brasil trata o Programa Nacional do Alcool sem nenhuma

consideração, os Estados Unidos, agora no início de fevereiro, estarão lançando o seu programa do álcool. Por quê? Porque além de produzir uma energia extremamente importante, o álcool é um combustível limpo, que contribui para a diminuição da poluição nos centros urbanos.

O Brasil, em função de sua tecnologia, tendo recebido a visita de centenas e centenas de delegações de vários países, orgulha-se de ter pioneiramente descoberto essa tecnologia, mas lamenta que esse programa não tenha o apoio necessário para crescer e se desenvolver. Ao contrário, vem sofrendo atualmente a desatenção do Governo, levando ao desespero milhares de pais de famílias que estão desempregados.

Por isso, nós parlamentares integrantes desta Frente Parlamentar de Defesa do Programa do Álcool vamos, apoiados em estudos técnicos, lutar, fazer reuniões, debater para que esse programa seja incentivado, seja ampliado e possamos ter a matriz energética brasileira dando um componente muito importante à participação do álcool.

Lamentamos, Sr. Presidente, inclusive, uma decisão recente do Governo que ampliou a possibilidade de utilização do gás natural como combustível de veículos. Acreditávamos que esse gás deveria ser utilizado em substituição ao diesel e não concorrendo com o álcool que hoje alimenta boa parte da frota automobilística nacional.

O Sr. Arlindo Porto – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOEL DE HOLLANDA - Com muito prazer, nobre Senador Arlindo Porto.

O Sr. Arlindo Porto – Senador, Minas Gerais não é tão importante quanto o seu Estado no que diz respeito à produção do álcool. Nosso Estado, à época do lançamento do Programa Nacional do Álcool, procurou estruturar-se através de suas terras férteis, por intermédio de seus produtores que buscavam uma alternativa econômica, da mesma forma os empresários que fizeram investimentos confiando que seria uma política governamental duradoura. Observamos, com a manifestação do nobre e ilustre Senador, uma outra realidade: o brasileiro se viu na ilusão de adquirir seus veículos à álcool, as indústrias automobilísticas se adequaram a esse fim, caminhando à frente de todos ao produzir em grande escala esses veículos. Sentimos uma verdadeira frustração; muitas usinas estão com suas atividades encerradas, inúmeros produtores, encorajados pela política do Governo, buscaram alternativas de financiamento. Hoje, quando analisamos os grandes devedores,

especialmente os do Estado de Minas Gerais, vamos encontrar os produtores de álcool, não apenas os que acreditaram nas usinas, mas os produtores rurais na busca de uma alternativa empresarial e de produção. Fico preocupado, quando o nobre Senador assim fala, fazendo este registro, mas também fico feliz em saber que existem parlamentares que estão procurando discutir alternativas e encontrar – quem sabe – novos caminhos. Não sou e não quero aqui defender catástrofes, mas, sem dúvida, teremos novas crises do petróleo, e o Brasil tem que mudar essa sua tradição de buscar alternativas somente quando acontece o fato. Creio que já está no momento de implantarmos uma política de curto, médio e longo prazo, não apenas para a geração de emprego e renda, bem colocado por V. Ex^a, mas buscando uma solução alternativa para uma futura crise de petróleo que naturalmente acontecerá. O álcool, um energético renovável, dá a nós, brasileiros, que dominamos a tecnologia, a segurança de enfrentarmos outros momentos difíceis em relação ao petróleo. Os nossos cumprimentos, especialmente a nossa solidariedade, neste momento tão importante para o setor sucroalcooleiro nacional.

O SR. JOEL DE HOLLANDA – Agradeço a gentileza do aparte de V. Ex^a e o incorporo com muita alegria ao meu modesto pronunciamento, dizendo que concordo plenamente com as observações que acaba de fazer.

Realmente, é preciso salientar que o petróleo que hoje o Brasil importa não é tão barato assim e que essa importação não pode ser feita de forma tão permanente, como pensam muitas das autoridades do Governo Federal.

A questão do Oriente Médio não foi resolvida. Ainda existem ali grupos religiosos que se estão organizando e que poderão, a qualquer momento, deflagrar um novo conflito, e, como ocorreu no passado, os preços do petróleo irão disparar. Ainda mais, se o programa do álcool não estiver em funcionamento, o nosso País poderá sofrer consequências extremamente graves.

De outra parte, é importante salientar que, para manter a tranquilidade no Oriente Médio, as nações têm que investir bilhões de dólares naquela região, o que mostra que, na realidade, o custo aparente de doze dólares por barril de petróleo não é esse. Esse custo é bem mais elevado em função de todo o complexo militar que é preciso ser montado naquela região para que a paz seja mantida.

Por isso é que defendemos a idéia de que o Governo Federal deve olhar com mais carinho o

Programa Nacional do Alcool. Não se trata de salvar usina, usineiro ou industrial falido, e V. Ex^a sabe muito bem, trata-se de manter, preservar um programa nacional, com tecnologia de domínio nacional, que está sendo exportado para outros países, que estão vindo buscá-lo. Devemos preservá-lo para o próprio interesse nacional, conscientes de que é um energético importante, limpo e que contribui para a geração de milhares de empregos, sobretudo no momento em que o próprio Governo reconhece que está havendo recessão econômica e que é preciso gerar mais empregos e mais renda em nosso País.

Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, pela primeira vez esta Frente Parlamentar congregou empresários do setor, fornecedores de cana e os próprios trabalhadores da zona agrícola. Os três segmentos da cadeia produtiva estão irmanados no mesmo esforço de preservação do Proálcool.

Tenho certeza de que na Câmara, assim como aqui no Senado, todos os partidos políticos terão representação, desde os parlamentares do PCdoB até os de partidos considerados mais à direita, todos assinarão a ficha de adesão a esta Frente de Defesa do Programa Nacional do Alcool. Este fato mostra que ela terá um papel importante, que é o de dar arcabouço político ao esforço que o setor está fazendo no sentido de assegurar sua continuidade.

O Sr. Lúcio Alcântara – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOEL DE HOLLANDA – Ouço V. Ex^a, Senador Lúcio Alcântara.

O Sr. Lúcio Alcântara – Senador Joel de Hollanda, V. Ex^a traz ao debate um assunto importante. Sabemos – e o Senador Arlindo Porto frisou isso em seu aparte – que muitos empresários se lançaram nesses empreendimentos confiando no Governo Federal. Todavia, esse programa tem funcionado num ziguezague, num vai-e-vem que só tem prejudicado a atividade sucroalcooleira. De repente, tínhamos praticamente quase todos os carros do Brasil funcionando com álcool. Hoje, creio que esse número está em menos de 10% na produção das montadoras. Isso para exemplificar. Há os desentendimentos com a Petrobrás; falta de ressarcimento de recursos referentes à equalização de preços, que deveriam ser devolvidos aos produtores de álcool; o famoso passeio do álcool, que é produzido e passeia pelo País todo para voltar ao mesmo lugar; enfim, esse é um assunto que tem várias facetas a serem examinadas. Pedi o aparte apenas para trazer ao discurso de V. Ex^a uma curiosidade: lendo o diário do Presidente Getúlio Vargas, em mais de uma oportunida-

de, em eventos, ele fala sobre o lançamento do álcool automotriz, quer dizer, o álcool para abastecer veículos automotores. Portanto, há muito tempo – aí pelos anos de 1932, 1933 -, o Presidente Vargas estava envolvido em um programa de produção de álcool para consumo por parte dos veículos automotores. Todavia, permanecemos nessa mesma dificuldade, sendo que ela se agrava a cada dia, porque a situação dos produtores e, conseqüentemente, dos trabalhadores de todos os segmentos envolvidos na indústria alcooleira é muito difícil. V. Ex^a pertence a um Estado que é um dos grandes produtores de açúcar e de álcool e, mais do que ninguém, conhece a dificuldade extrema do setor. Portanto, o pronunciamento de V. Ex^a é oportuno e deve servir como um alerta ao Governo para, de uma vez por todas, encontrar uma solução para esse problema e para que não fiquem todos os que estão envolvidos com a produção do álcool ao sabor dos humores do Governo, ora estimulando, ora desestimulando a produção de álcool, com graves conseqüências para certas áreas da economia brasileira.

O SR. JOEL DE HOLLANDA – Agradeço ao nobre Senador Lúcio Alcântara a gentileza do aparte. Realmente, esse é o grande dilema que o setor vive: o Governo tem interesse no Proálcool? O Proálcool é importante para compor a matriz energética do País? Ou o Proálcool deve ser deixado definindo, até sua extinção?

Amanhã, nobre Senador Lúcio Alcântara, às 11 horas, está marcada uma audiência com o Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, justamente para se tentar obter de Sua Excelência uma definição sobre o Proálcool. Sua Excelência, já na Sudene, afirmava que dava importância ao Proálcool e o julgava prioritário. Repetiu essa afirmação em Alagoas, tem repetido em todas as suas conferências. Vamos ouvir de Sua Excelência amanhã se na prática essa prioridade está sendo executada, porque o setor está atravessando fase extremamente difícil, as usinas e as destilarias estão fechando e com elas as cidades; cidades importantes como Palmares, Barreiro, Vicência e tantas outras, de Pernambuco, da Paraíba, de Alagoas, do Rio Grande do Norte, de São Paulo e do Paraná, que estão sofrendo a crise de desemprego por conta da diminuição das atividades de produção de cana e de álcool.

Por isso, a Frente Parlamentar criada na quarta-feira já tem agendada amanhã, com o Presidente da República, a sua primeira entrevista, quando tentará obter de Sua Excelência uma definição sobre o Programa.

O que importa é salientar que o Brasil pode ter no Proálcool uma alternativa importante para a complementação da sua importação de petróleo, que é um energético bastante complicado – depende, inclusive, de fatores políticos do Oriente Médio – e que, se complementado com o Programa Nacional do Alcool, poderá assegurar ao País tranquilidade para o seu desenvolvimento industrial e para a própria retomada do desenvolvimento econômico.

Por estas razões, Sr. Presidente, quero, mais uma vez, saudar a criação dessa Frente, que tem um papel importante e que não pretende defender nenhum industrial do setor, mas defender um programa, que, sendo nacional e baseado em tecnologia pesquisada pelo próprio País, em que foram investidos mais de US\$25 milhões anualmente, deve ter continuidade.

Assim, vamos ao Presidente da República amanhã e vamos debater com toda a sociedade a importância de continuar apoiando o Programa Nacional do Alcool como forma de gerarmos empregos para as populações, não somente de São Paulo, Paraná e outros Estados do Sul que produzem, mas principalmente da Região Nordeste, onde a atividade canavieira é a principal empregadora de mão-de-obra, como acontece no meu Estado.

Agradeço a V. Ex^a a deferência que me concedeu e ao nobre Senador do Amazonas, Bernardo Cabral, que também me permitiu usar o microfone nesta tarde. Agradeço também aos nobres Senadores que me apartearam.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Epitacio Cafeteira) – Concedo a palavra ao nobre Senador Bernardo Cabral, digno representante do Amazonas.

O SR. BERNARDO CABRAL (-AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, ontem, dia 28 de janeiro de 1996 – chamo a atenção da data para que os eminentes Srs. Senadores vejam o que é o tempo –, a **Folha de S. Paulo**, na sua página 14, estampava esta manchete: "Perda da Amazônia toma imaginação militar"; e, como subtítulo: "Especialistas vêm interesse de grandes potências em internacionalizar a região e defendem a ação preventiva".

Em 1967, Sr. Presidente, quando chegava à Câmara dos Deputados, bem moço, pronunciei um discurso que foi publicado no **Diário do Congresso Nacional** no dia 11 de março de 1967. Veja V. Ex^a: 11 de março de 1967. A publicação da **Folha de S. Paulo** é de 1996. Quase trinta anos decorridos!

O **Diário do Congresso Nacional** publicou no dia 11 de março de 1980, em segunda edição desse meu livro, portanto, treze anos decorridos e, agora, vinte e nove anos depois, publicava eu esse discurso e dava a ele o seguinte título: "Cobiça internacional: grave ameaça que paira sobre a Amazônia." E o parágrafo diz textualmente o seguinte:

Refiro-me ao que os jornais ultimamente vêm comentando e que se convencionou chamar a internacionalização da Bacia Amazônica. Inegavelmente, um gigantesco espaço aberto, a Amazônia é olhada pelos homens lá de fora como a maior área desértica do mundo.

E, logo após, eu mostrava os limites da Amazônia.

Como todos sabemos, ela é limitada a Oeste e a Noroeste pelo Brasil Central e mais pela Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia; e, a Leste, pelo Oceano Atlântico. Sua fronteira internacional, dizia eu, é da ordem de 8.333 quilômetros, um dado estarecedor. Vejam bem V. Ex^{as} o que significa uma fronteira de 8.333 quilômetros abertos a toda uma gama de acontecimentos. Ela mede, no limite com a Venezuela, 1.495 quilômetros; com a Guiana Inglesa, 1.606; com a Guiana Francesa, 655; com a Guiana Holandesa, 593; com o Peru, o percentual imenso de 2.955; com a Colômbia, 1.644; e com a Bolívia, 1.960.

E dizia exatamente, linhas após, Sr. Presidente, que esse problema:

...deve ser tratado assim, com dados estatísticos, para que amanhã não se diga que a Câmara, na hora em que se encerrava o período governamental do Senhor Castello Branco, por um de seus membros, agiu como os abissínios, que atiram pedras ao sol, quando este se põe.

E não se diga que a Câmara se omitiu. Chamo a atenção do Senhor Presidente da República antes que Sua Excelência entregue o poder ao seu sucessor, enquanto dispõe ele da máquina de cassações. Seria mais cômodo para mim fazê-lo depois, quando já decorrido o período do seu mandato. Arrosto, todavia, com essa consequência, ao ocupar a tribuna, Sr. Presidente, mas o faço com absoluta tranquilidade – tranquilidade que paira sobre os homens que, ao

olharem para trás, não têm vergonha de se guirem para frente.

A seguir, eu dizia:

Chamava eu a atenção para o fato de que as áreas da Bolívia, do Peru, da Colômbia, da Venezuela e do Equador são áreas fronteiriças, que exigem a maior atenção dos que têm o sentimento de brasilidade, pois fácil é se deduzir que a Amazônia brasileira corresponde a mais de 65% da área total da América Latina e sozinha é maior do que os países latino-americanos.

E com o rompante dos jovens, já ao final do discurso, pedia que me relevassem o que eu chamava de patriotismo amazônico e afirmava que esta Nação jamais alcançará seus gloriosos destinos, enquanto os poderes centrais permanecerem indiferentes ao desenvolvimento daquela vastíssima área, até hoje marginalizada e voltada ao maior atraso.

Vejam V. Ex^{as}, eu dizia isso num discurso há quase trinta anos com idealismo, que não perdi de vista. Hoje, talvez amadurecido para poder abordar esse tema como pretendo, lembro que, antes deste jovem Deputado, Arthur Bernardes já havia enfrentado a briga no que ele chamava de Hiléia Amazônica. Depois, mais tarde, houve uma chamada Operação Amazônia – OBAM, que foi completamente desarticulada porque denunciada pelo então Governador Arthur César Ferreira Reis, como a internacionalização da Amazônia, homem insuspeito a todos os ângulos porque apenas cultivava a defesa de sua região.

Mais adiante, Sr. Presidente, já no dia 12 de fevereiro de 1968, em discurso pronunciado na sessão ordinária, no Grande Expediente, na função de Líder do MDB, eu pedia a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito e chamava a atenção para o fato de que a Amazônia tinha estado no panorama da imprensa internacional com cinco investidas: primeira, a campanha de esterilização de mulheres naquela área; segunda, denúncia quanto a terras compradas por cidadãos norte-americanos; terceira, comércio de exportação de cabeças de cadáveres humanos com implicação de um professor universitário; quarta, aumento do surto de contrabando de minério por estrangeiros; quinta e última, projeto do Hudson Institute acerca da construção do chamado lago amazônico.

A denúncia foi feita naquele discurso, que está nos Anais da Casa e que é o ponto de ligação que quero fazer com esta publicação de ontem. Eu dizia que com a criação do lago amazônico se abriria uma

brecha, distanciando aquela área do sul do País. O crescimento da área passaria a ser para o exterior – para o norte da América Latina e para a América do Norte, propriamente dita, distanciando-se, portanto, do sul do País. E aquela área não pode crescer economicamente sem se voltar para o sul do País, porque senão vai se submeter a processo político e econômico, todo ele voltado para o exterior. Consequentemente, chegar-se-ia a essa internacionalização, que é um velho sonho, velho e acalentado sonho de grupos alienígenas, que agora querem, a toda prova, essa desculpa do lago para isso.

E ressaltava:

Mas, ainda há mais. Seria inundada uma área, cujo potencial de minérios ainda é desconhecida – e àquela altura o era –, com a qual se liquidaria uma criação de milhares de búfalos no Pará e criação de gado *vacum*, que existem nos municípios ainda há pouco citados, e até acima de um milhão de cabeças, além de inundar jazidas de ouro, estanho e outras riquezas minerais que existem naquela área.

Sr. Presidente, trinta anos depois, a **Folha de S. Paulo** abre a reportagem com esse lead:

Especialistas em Assuntos Militares vêem a Amazônia como o ponto mais vulnerável do território nacional e defendem ações das Forças Armadas para garantir a soberania da área.

Não ficam, Sr. Presidente, em uma declaração pura e simples. Trazem, entre aspas, a declaração do Vice-Almirante da reserva, Armando Vidigal, Ex-Comandante da Escola de Guerra Naval:

Não é um absurdo imaginar duas situações para uma possível intervenção da ONU (Organização das Nações Unidas) na região. A primeira seria para assegurar a preservação da floresta sob o argumento de que a depredação prejudicaria a humanidade. A segunda seria uma declaração de independência da "nação lanomami", com o reconhecimento pela ONU de um país onde está a reserva indígena, com 9 milhões de hectares.

Há sempre o risco. O melhor é ter uma grande capacidade de dissuasão e mostrar que sairia muito caro intervir em nosso país.

O Conselheiro da Escola Superior de Guerra, Jorge Boa Ventura, diz que o Brasil deve ficar atento

à tendência do Conselho de Segurança (Estados Unidos, Grã-Bretanha, Rússia, China e França) de assumir a noção de "soberania relativa" em áreas de "interesse da humanidade", como a Amazônia.

Prossegue o jornal:

A Amazônia é altamente cobiçada como reserva mineral e natural por países com peso na condução de assuntos mundiais.

Eu denunciava em 1968 a inundação defendida pelo **Hudson Institute** – não se conhecia o potencial daquela região; depois a Vale do Rio Doce para lá foi. Hoje, quando se tem noção daquela riqueza, já se vai pela via oblíqua e não mais por aquela caminhada que se convencionava chamar pelos passos normais da internacionalização.

O assunto é gravíssimo. Tanto é grave que depois de ouvir os eminentes Senadores Arlindo Porto e Lúcio Alcântara, voltarei para o que diz Aeronáutica, Exército e Marinha.

Ouçó o Senador Arlindo Porto.

O Sr. Arlindo Porto – Nobre Senador, enquanto V. Exª fazia o pronunciamento destacando a internacionalização da Amazônia, eu ficava analisando: vinte e nove anos de experiência que V. Exª trouxe do Amazonas ao Congresso Nacional. Há vinte e nove anos, V. Exª usava da tribuna para fazer uma advertência, fazer uma avaliação sobre a Amazônia. As ameaças sobre a Amazônia continuam. Na Amazônia, especialmente no Estado do Amazonas, falta ainda infra-estrutura depois de tanto tempo. O desenvolvimento naquela região tem acontecido, mas é um desenvolvimento sem planejamento. Alguns segmentos buscam alguma atividade econômica, mas, sem dúvida, deixam muito a desejar para a realização daquele sonho que, tenho certeza, V. Exª sempre carregou. Ações isoladas são implementadas pelos Governos, e V. Exª registra um momento da História ocorrido num período de exceção. Entramos novamente no processo democrático, mas as ações concretas não têm acontecido. V. Exª registra com muita propriedade as riquezas da Amazônia, que continuam ao relento. E, de maneira ainda muito mais grave, questiona: Onde está a soberania da grande Amazônia? E quando falamos em soberania da Amazônia estamos falando em soberania nacional. A Amazônia não representa, para nós brasileiros, apenas o ontem, mas o hoje e o amanhã. Por isso estou preocupado e faço essa avaliação: se há 29 anos V. Exª vinha aqui para fazer uma advertência, hoje V. Exª volta para fazer a constatação de que, na realidade, algo foi feito, mas que é preciso

ainda fazer muita coisa. Com propriedade, V. Exª traz a esta Casa, para debate, a importância de a soberania nacional prevalecer. Não haverá soberania nacional enquanto houver pontos frágeis no País. E hoje a Amazônia é um ponto frágil nesse aspecto. Meus cumprimentos a V. Exª, especialmente pela lição que V. Exª nos traz, com prudência e com equilíbrio, V. Exª esperou por 29 anos, mas sabe, sobretudo, que, num determinado momento, ações concretas precisam ser tomadas.

O SR. BERNARDO CABRAL – Senador Arlindo Porto, em primeiro lugar, quero agradecer a V. Exª e dizer que, àquela altura, quando requeri a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar a responsabilidade do chamado Hudson Institute, no final de 1968, por coincidência, logo após, foi decretado o Ato Institucional nº 5. Fui incluído na cassação, perdi o meu mandato de Deputado Federal e meus direitos políticos foram suspensos por 10 anos, porque teria feito essa denúncia.

Observe V. Exª como valeu a pena ter contribuído para, quase trinta anos depois, ver confirmado que a razão estava com aqueles que defendiam a soberania. E diz bem V. Exª: naquela época, o governo de exceção não permitia que fizéssemos uma análise mais globalizada, mas agora, no regime democrático, todos podemos contribuir, sem que haja nisso xenofobia, até porque o instante é de grandeza, o instante não é de provocar incêndios, e sim de apagá-los, mas que não se perca de vista as investidas de internacionalização, como a criação do "grande lago amazônico", o aumento do contrabando de minérios e o narcotráfico, sempre se entendendo que se deveria fazer convênios onde o nosso País pudesse estar perdendo a sua soberania.

Agradeço a V. Exª a interferência e ouço, com muito prazer, o Senador Lúcio Alcântara.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Senador Bernardo Cabral, vou ser breve, para permitir que V. Exª possa continuar desenvolvendo seu raciocínio sobre essa matéria, muito importante para todos nós. V. Exª quer fazer um vínculo entre o discurso que fez há 29 anos e a intervenção de hoje, ligada a uma matéria publicada na **Folha de S. Paulo**, sobre a preocupação dos militares com a Amazônia. O que gostaria de ouvir de V. Exª, como homem que conhece profundamente a região, é até que ponto essas intervenções do Governo na Amazônia contribuíram para povoá-la, desenvolvê-la e integrá-la ao Brasil, para espantar de uma vez por todas esse risco de internacionalização, sob o pretexto de que o

Brasil não cuidava ou não cuida convenientemente dessa área, que seria de interesse da humanidade, e não apenas do nosso País. Recuando, temos os soldados da borracha, os nordestinos que migraram para extrair borracha na Amazônia; os serviços de mobilização pelos trabalhadores da Amazônia; territórios que se transformaram em estados; assentamentos de colonos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; imigração de gaúchos para ocuparem determinadas áreas da Amazônia; o Calha Norte, um projeto de fortalecimento das nossas fronteiras; Serra Pelada; a abertura de rodovias, como a Transamazônica; a Zona Franca de Manaus; a criação de bancos de desenvolvimento, como o Basa; o Fundo Constitucional do Norte, do qual V. Ex^a, como Relator da Constituinte, foi um dos co-autores; até o Sivam, uma iniciativa que pode ser de valia para a Amazônia, sobretudo para o controle do seu tráfego aéreo; enfim, todo esse esforço, coordenado ou não, isolado, errático, mal planejado. Que repercussões essas providências trouxeram para a Amazônia? Gostaria de obter de V. Ex^a uma apreciação, ainda que sucinta, porque não há tempo para esgotar uma matéria da extensão desta. Mas pelo menos para que nos tranquilizemos ou nos inquietemos mais com o que existe na Amazônia. Preocupo-me muito, quando se fala em reduzir o tamanho do Estado, os papéis do Estado, com regiões como a Amazônia, onde não existe, muitas vezes, Estado nenhum para assistir ao homem, para oferecer segurança, saúde, educação e todas as outras atividades que o Estado deveria exercer, principalmente numa região remota, de difícil acesso, escassamente povoada, como é a Amazônia. O que será, então, da Amazônia se o Estado recuar excessivamente no seu papel? O que poderemos esperar dessa atitude?

O SR. BERNARDO CABRAL – Eminentíssimo Senador Lúcio Alcântara, o risco que corre um orador da tribuna é receber um aparte que acabe completando o seu pronunciamento. V. Ex^a, não digo que furta, porque se fosse roubo seria com violência, mas pelo menos me retira a oportunidade de fazer justiça a um militar e a um civil quando da conclusão do meu discurso.

A justiça ao militar começa com a criação da Zona Franca de Manaus. Nenhum presidente eleito pelo voto popular conseguiu dimensionar a necessidade de ocupação daquela área imensa e vazia. E como precisava ser ocupada, para ela tinha alguém que voltar os seus olhos e criar incentivos que pudessem brotar dali. Foi um militar, o Marechal Castello Branco, que criou a Zona Franca de Manaus,

tentando transformá-la, digo tentando porque houve um desvirtuamento, mais tarde, numa área que desse o impulso não só no terreno econômico industrial, mas também no terreno ecológico. Mais tarde o que se viu foram distorções que se agravaram com o tempo, mas que têm merecido a nossa condenação.

E a justiça ao civil é ao Presidente Sarney. As homenagens devem ser feitas a ele, que criou o Projeto Calha Norte. "O Projeto Calha Norte – segundo informa a **Folha de S. Paulo** – recebeu no ano passado 10% dos recursos que consumiu no seu auge, em 1989, quando foram investidos R\$47 milhões. A previsão para 95 era de R\$8 milhões, mas só R\$5 milhões chegaram. O Orçamento de 96 prevê R\$8 milhões."

Não quero fazer comparação com o que se tem gasto com os bancos. Sei que V. Ex^a está fazendo o raciocínio de que se tira dos cofres do Governo para se injetar nos bancos. Não é isso. Esse projeto interministerial, criado para a melhoria da infraestrutura da região, que não seria realizado exclusivamente por forças militares, ao cabo e ao fim, tem lá só as três Forças, especialmente o Exército, é que estão ali fazendo a maior parte. Para dar uma idéia a V. Ex^a, um mini-hospital com 25 leitos, construído em Iauaretê, no Amazonas, ilustra o problema. Pronto para funcionar, mas está fechado. Ninguém se responsabiliza por sua operação. O Exército, que tem só 70 homens no local, afirma não poder encampá-lo.

Em Tabatinga e São Gabriel da Cachoeira, também no Amazonas, há hospitais sob administração de militares porque a tropa instalada é muito maior, mas 90% dos pacientes atendidos, porém, são civis.

Ora, veja V. Ex^a como houve uma distorção do Projeto Calha Norte. Quem conhece aquela região como eu sabe que a sua existência e realização seriam uma espécie de salvaguarda daquela área desértica de que eu falava no começo do meu pronunciamento.

Para os militares ligados ao Sivam, outro projeto da Aeronáutica para a área, não são palavras miúdas, vejam a coincidência, os inimigos da Amazônia continuam sendo os mesmos de 30 anos atrás. Lembra V. Ex^a do meu discurso, quando isso eu denunciava, ainda jovem. E continua a notícia: "Co-biça internacional pelos recursos minerais, expansão das fronteiras indígenas e invasores estrangeiros vestidos de narcotraficantes e contrabandistas. A forma de atacá-los, no entanto, mudou. Ainda mais, afirma que a "SAE (Secretaria de Assuntos Estratégicos) e o Ministério da Aeronáutica são responsá-

veis pelo projeto que materializa a "adoção de um novo modelo de desenvolvimento para a Amazônia".

Sr. Presidente, V. Ex^a me adverte de que o meu tempo está esgotado. Não quero ser grosseiro com a Mesa. Não tenho tempo para desenvolver o que pensava, mas esteja certo de que voltarei a esta tribuna.

Tentei fazer uma espécie de análise, para chamar a atenção dos meus Colegas para o debate. É claro que um assunto dessa natureza não pode ser tratado de forma emocional. Há os que fincam o pé no sentido de agredirem idéias que nascem, como se idéias fossem metais que se fundissem e se jogassem fora no cadinho do desprezo.

O que penso, Sr. Presidente, é que o Senado Federal de hoje, como no passado, sempre foi composto de uma maioria que está acima dos cinquenta anos, portanto, que tem a responsabilidade da maturidade. No passado, quando eu enfocava esse assunto, o fazia como homem preocupado com a minha região. Hoje, eu o faço preocupado com o meu País. Sinto que os fatos não se desenvolvem da forma como seria ideal.

Ora, o que é preciso na consciência de cada Parlamentar? No tom analítico, trazer, cada um, a sua contribuição. O eminente Senador Lúcio Alcântara disse das suas preocupações e alinhou – e é pena que eu não possa decompor como tudo aquilo que gostaria de fazer – no sentido do que a região precisa. O de que necessita, sobretudo, Sr. Presidente, é um pouco mais de sentimento de brasilidade. Não se faz campanha, sentindo o que é uma cidadania, se não se conhece bem aquela área.

Lembro-me bem, quando estudante de Geografia, de como a Amazônia sempre foi relegada como enteada da Nação. Por isso, hoje, como homem daquela área, estou pedindo aos meus Companheiros do Senado Federal que consigamos, juntos, trazê-la como filha da Nação e não mais como enteada.

O SR. PRESIDENTE (Epitácio Cafeteira) – Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pela Sr^a 1^a Secretária em exercício, Senadora Emília Fernandes.

São lidos os seguintes

OFÍCIO Nº 44/PT

Brasília, 30 de janeiro de 1996

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de indicar os Deputados Paulo Bernardo e João Cóser, como titular e suplente, respectivamente, em substituição aos Deputados Jaques Wagner e

Arlindo Chinaglia, para integrarem a Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 1.287, que dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 1996.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e consideração. – Deputada **Sandra Starling**, Líder em exercício.

SGM/P nº 53

Brasília, 26 de janeiro de 1995

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que o Bloco Parlamentar PFL/PTB indicou a Deputada Laura Carneiro, como titular, para integrar a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em substituição ao Deputado Aroldo de Oliveira.

Colho o ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de apreço. – **Luís Eduardo**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Epitácio Cafeteira) – Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pela Sr^a 1^a Secretária em exercício, Senadora Emília Fernandes.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 35, DE 1996

Senhor Presidente,

Pelo falecimento do ex-Deputado Federal e ex-Ministro do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio, Roberto Cardoso Alves, requeremos, nos termos do art. 218 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens:

a) inserção em ata de voto de profundo pesar;
b) apresentação de condolências à família e ao Estado de São Paulo.

Sala das Sessões, 29 de janeiro de 1996. – **Lúcio Alcântara**.

O SR. PRESIDENTE (Epitácio Cafeteira) – O requerimento lido depende de votação, para cujo encaminhamento poderão fazer uso da palavra os Srs. Senadores que o desejarem. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro o encaminhamento.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprido o solicitado no requerimento.

A Mesa se associa às homenagens para, em nome da Casa, também manifestar sentimentos de pesar.

O SR. PRESIDENTE (Epitácio Cafeteira) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pela Sr^a 1^a Secretária em exercício, Senadora Emília Fernandes.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 36, DE 1996

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 255, II, c, 12, combinado com o art. 101, I, do Regimento Interno, requeiro que sobre o PLS nº 306, de 1995, que dispõe sobre os instrumentos de controle do acesso aos recursos genéticos do País, além da Comissão de Assuntos Sociais, constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Sala das Sessões, 29 de janeiro de 1996. –
Senador **Lúcio Alcântara**.

O SR. PRESIDENTE (Epitácio Cafeteira) – O requerimento lido será incluído na ordem do dia, oportunamente, consoante o disposto no art. 255, II, alínea c, item 2, do Regimento Interno.

Voltamos à lista de Oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Romero Jucá. (Pausa)

Concedo a palavra ao nobre Senador Lauro Campos.

O SR. LAURO CAMPOS (PT-DF. Pronuncia o seguinte discurso.). – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é bom viajar. A movimentação dos homens enriquece, através das experiências adquiridas, a sua inteligência. Talvez muitos deuses mitológicos chegaram à condição de demiurgos pelas andanças que fizeram por este mundo. De Aníbal à Napoleão, está provada a virtude do conhecimento que se adquire através das viagens. Fernando Henrique Cardoso, nosso Presidente, está em sua 16^a viagem, após a posse. E, lá na Índia, talvez em contato não apenas com Brahma, Vishnu e Shiva, a tríade principal do povo hindu, mas com algum deus ou alguma deusa da saudade, Fernando Henrique Cardoso, nosso Presidente, declara – e os jornais de ontem publicaram, um deles na primeira página – que não apenas pretende, tal como a Índia, um lugar no Conselho de Segurança da ONU, mas quer também uma modificação de toda a sua postura:

É a saudade, talvez, do passado de opositorista que o leva agora a entrar em oposição consigo mesmo, ao seu próprio Governo. Ele critica o FMI, tal como fizera Malan há cerca de dois meses, por

estar impondo o empobrecimento, a estabilização perversa à América Latina, aumentando o desemprego, que ele agora promete reverter em desenvolvimento e em pleno emprego.

Há pouco tempo, ele dizia que o nosso Plano era responsabilidade dele, que não tinha nada a ver com Cavallo, nem com o FMI. Agora, protesta contra as consequências do Plano e promete que vai realizar uma nova metamorfose em sua conduta, em sua postura, em seu devir político. Realmente, parece-me que o Brasil tem jeito, tem solução; um País que agüenta um Banco Central desse, um BNDES desse, um desgoverno desse, um Governo supranacional, que é o do FMI, impondo suas regras draconianas sobre a população. Realmente o Brasil parece que resiste e resistirá a tudo.

Recebo, portanto, com muita satisfação essa nova metamorfose de Fernando Henrique Cardoso, que o coloca tão próximo da oposição, oposição, desta vez, a si mesmo. O Banco Central do Brasil é uma instituição que há muito vem merecendo nossa crítica. Mas como não acusá-lo pelos seus desmandos e falta de visão, falta de cumprimento de seus deveres fundamentais, entre eles a fiscalização da rede bancária, que jamais foi feita? Os consórcios nem se diga, o Banco Central também não os fiscalizou, deixando-os ir a falência e levar de roldão milhares de pessoas que acreditaram no sistema de consórcio para a compra de duráveis.

Agora, o interventor do Banco Central afirma que o BC aumentou o prejuízo do BANERJ. **Jornal do Brasil**, pág. 10, do dia 27 de dezembro:

"Na gestão dos interventores, as perdas do banco cresceram para 376.3 milhões."

Afirma o próprio interventor. E ainda diz:

"Nem nós, do governo do Estado, nem o Banco Central tem especialização para reestruturar bancos. Somos todos incompetentes nesse difícil trabalho".

É uma autocrítica que deve ser respeitada.

O Banco Central parece que tem a sina do descaminho. Um seu diretor afirmou que desejava colocar a taxa de câmbio a cinquenta centavos de dólar. Para acabar de arrasar completamente a indústria nacional, barateando as importações e destruindo o emprego e o parque industrial do País.

Agora Fernando Henrique Cardoso promete voltar ao desenvolvimentismo da década de 50. Tem saudade do passado e reafirma que é preciso retomarmos o desenvolvimento e assumirmos uma atitude crítica diante do FMI, a quem ele culpa agora pe-

los resultados, que reconhece, maléficos do Plano Real.

Sabemos no que consiste a criação do Proer, para proteger bancos falidos, bancos aos quais o mercado já julgou e condenou; o mercado, que é transformado no julgador supremo dos julgadores, da eficiência e da capacidade administrativa neste País.

É a lei do mercado que resolve, a lei maior. E o que diz o mercado? Leva dezoito bancos à falência; e aqueles que acreditam na divindade do mercado, no caráter iluminista das relações de mercado, tratam de fazer o Proer para passar bilhões de reais, não para os bancos falidos, mas para os banqueiros falidos.

Eu gostaria de deixar de lado o desimportante para ler um depoimento que saiu hoje no **Correio Braziliense**, pág. 6, numa coluna assinada pelo grande jornalista Rubem Azevedo Lima, que traz as mais graves acusações a respeito do Excel e a forma pela qual o Banco Central está resolvendo, a toque de caixa e sobre pressão, a questão da falência suspeita do Banco Econômico.

Passo a ler o artigo:

"Brasil no mundo do crime

O Senador Antonio Carlos Magalhães achou boa a solução do Banco Central de vender o falido Banco Econômico do seu ex-amigo Calmon de Sá ao Consórcio Excel-Union Bancaire Privée (UBP), de Genebra, Suíça. Tal operação já foi aqui apreciada, mas um dossiê, entregue a este repórter pelo jornalista mexicano Lorenzo Carrasco, reabre o assunto e destrói a impressão otimista de ACM.

O delegado da UBP nos Estados Unidos, Jacques Handali, foi preso em 1994 com Gary Kaminsky, da Dollar Time Inc., de Hollywood, sob acusação de lavagem de dinheiro sujo e desvio de dólares dos EUA para a Suíça. O episódio acabou mostrando a UBP como portão de entrada para um labirinto de crimes e trapagens, desde a lavagem de recursos do narcotráfico ao contrabando de armas, venda de ouro roubado, negociadas com imóveis e suspeita de assassinio. Um trapaceiro de Frankfurt, Jurgem Schneider, limpou na UBP seus lucros imobiliários fraudulentos. No meio do *imbroglio* surgiu até a figura do príncipe Philip, marido de Elisabeth II."

Quero apenas esclarecer que essa UBP está-se associando à Excel na negociata da compra do

Banco Econômico, patrocinada pelo Banco Central do Brasil.

"A UBP se diz inocente de tudo e acusa Handali de ter agido sozinho. Mas este e dois contadores falavam sempre em nome da UBP, cujo presidente é André de Picciotto, detentor de 80% do capital da Geopol Serviços, firma elaboradora de projetos geoeconômicos e geopolíticos para vários países, dirigida por Pierre Haffner, da CBI Holding. Essa empresa, que trabalhava também para o **Quantum Fund**, do megaespeculador George Soros, foi condenada por crimes de colarinho branco.

Além do processo nos EUA, a UBP está sendo investigada em Israel e na África do Sul. Neste país, o banco é acusado de desviar, com o Multicommerciale de Genebra, por dez anos, 160 toneladas de ouro (US\$ 1 bilhão), recoberto de prata, para Londres e Genebra, onde a falta de prata era reprocessada. A Geopol, com a firma fabricante de mísseis, a Consen, do Helmut Reiser, que atuou no Brasil, Iraque e Argentina, e o milionário Robert Maxwell (misteriosamente morto e se crê que tenha sido assassinado) envolveram-se na transferência de dólares, ouro e diamantes da antiga URSS, no valor de US\$15 bilhões, para a Suíça. Picciotto é o centro de operações do **Club of Isles**, do príncipe Phillip, e levantou recursos para o **World Wide Fund for Nature**, do marido da rainha inglesa.

O dossiê mostra que a rede integrada pela UBP atua na prostituição, chantagem e espionagem tecnológica. Pois o Banco Central contratou, para acompanhar as contas de Calmon de Sá, a Kroll Associates, organização de detetives internacionais que trabalha para a CIA, a MI-5 inglesa, o Mossad israelense e a Wall Street. A Kroll achou as contas secretas de Noriega, Ferdinando Marcos, Saddam Hussein e Alan Garcia, mas não encontrou as conexões internacionais de Collor, descobrindo apenas remessas de dólares de PC Farias pela Excel. É incrível que o Governo e o Congresso não investiguem a venda do Econômico à UBP, operação que pode levar o Brasil ao Primeiro Mundo, mas do crime organizado."

O Sr. Antonio Carlos Magalhães - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. LAURO CAMPOS - Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães - Inicialmente, V. Ex^a citou meu nome em um artigo, o qual traz realmente uma grande rede internacional, com a figura do marido da rainha e de amplas personalidades internacionais, fato realmente da maior gravidade e que só mesmo o nosso detetive Romeu Tuma, ausente, poderia esclarecer com mais propriedade isso. Mas como fui citado pelos jornalistas - não sei por que, apenas quiseram colocar-me no meio de pessoas tão importantes - e V. Ex^a leu o artigo, sinto-me no dever de informar que o Banco Excel, no caso, está procedendo corretamente. Fez uma boa proposta, estudada no Banco Central, e depois de amanhã, dia 1^o, abre em Nova York uma agência de seu banco. Gostaria de ressaltar que, para se abrir uma agência em Nova York, todos os membros de seu banco são estudados pela CIA e por todas as organizações de investigação americana. Conseqüentemente, penso que as acusações à Excel estão surgindo agora, dirigidas por pessoas interessadas em que não se fizesse o negócio para resolver o Econômico, porque queriam ganhar dinheiro com a compra do Econômico por outros grupos financeiros, que não a Excel. V. Ex^a é um homem sério, não há dúvida disso, é um idealista, e tenho certeza de que faz isso pelo seu ideal, mas muitos estão assim procedendo por interesses escusos e contrários.

O Sr. Lauro Campos - Agradeço o aparte de V. Ex^a. Apenas tenho a ponderar é que, se, para se abrir uma agência ou uma firma ou um serviço nos Estados Unidos, houvesse essa diligência por parte da CIA e de outros órgãos, é óbvio que os Estados Unidos não seriam o paraíso conhecido e reconhecido da máfia, do crime, da contravenção.

De modo que o simples fato de a Excel estar agora em companhia da Union Bancaire Privée e, de acordo com esse dossiê - não sou muito amigo de dossiês, não os temo - que foi encaminhado pelo jornalista mexicano Lorenzo Carrasco, que reabre o assunto e acaba com o otimismo em relação ao destinatário desse negócio do Banco Econômico...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES - V. Ex^a pode me informar sobre a moral desse jornalista?

O SR. LAURO CAMPOS - Por Rubem Azevedo Lima, ponho minha mão no fogo.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES - Não estou falando de Rubem Azevedo Lima.

O SR. LAURO CAMPOS - O jornalista mexicano eu não conheço e não conhecia as relações que tem com o assunto. Sei apenas que ele encaminhou, de acordo com o que aqui está, ao jornalista Rubem Azevedo Lima, uma pessoa meticulosa em seu comportamento, de postura exemplar. Portanto, tenho certeza de que o eminente jornalista Rubem Azevedo Lima não pode ter escrito essa coluna, que trata até mesmo de assassinio.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães - Garanto que ele não conhece o jornalista mexicano.

O SR. LAURO CAMPOS - De qualquer maneira, o fato é da máxima gravidade. Trata-se de uma acusação feita de crimes internacionais, envolvendo até mesmo pessoas de destaque.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães - A Rainha da Inglaterra.

O SR. LAURO CAMPOS - Sim, mas quem se mete com fábricas de cigarros, quem se mete com negócios... Até mesmo o Vaticano, através de seu Banco Ambrosiano, dirigido pelo Arcebispo Marcinkus, foi submetido a exame e foram constatadas uma série de irregularidades, que fizeram afastar a diretoria do Banco e que provocou, em todo esse imbróglio, o suicídio, em Londres, de um banqueiro envolvido nessa matéria.

O Sr. Bernardo Cabral - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. LAURO CAMPOS - Pois não, nobre Senador Bernardo Cabral.

O Sr. Bernardo Cabral - Senador Lauro Campos, não posso, com o meu silêncio, estando presente nesta tarde, deixar de dar o meu depoimento sobre Rubem Azevedo Lima, que conheço há trinta anos.

O SR. LAURO CAMPOS - Eu também.

O Sr. Bernardo Cabral - Rubem Azevedo Lima é um repórter sério, um jornalista que honra a classe. Ele pode, eventualmente, estar sendo municiado por pessoas que não estão à altura do seu caráter.

O SR. LAURO CAMPOS - Considero, Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, inteiramente gratuita essa tentativa de inquirir de suspeição um dossiê encaminhado à imprensa brasileira pela inteligência e seriedade do jornalista Rubem Azevedo Lima.

O Sr. Antônio Carlos Magalhães - O jornalista Rubem não está em causa.

O SR. LAURO CAMPOS - Isso do ponto de vista de V. Ex^a, que respeito.

O Sr. Antônio Carlos Magalhães – Nem V. Ex^a, nem ele estão em causa. Estão em causa interesses escusos.

O SR. LAURO CAMPOS – Considero a denúncia da máxima gravidade. Devemos apurar o comportamento espúrio do Banco Central que não examina coisa alguma; que não fiscaliza banco falido; que não fiscaliza os consórcios de automóveis; que não fiscaliza nada que deveria fiscalizar; que tampa o sol com a peneira e impede que a situação real dos bancos pré-falimentares seja colocada à transparência e à visualização dos pobres dos seus clientes, que acabam sendo as únicas vítimas; que não fiscaliza as relações dos bancos brasileiros com o **Transworld**, com outros bancos de Gran Cayman e outros paraísos fiscais.

De modo que penso que talvez seja a hora de instaurarmos uma comissão parlamentar de inquérito para averiguar o que está acontecendo no seio desse Banco Central que entrega o País ao capital estrangeiro, que abre os portos para invasão dessas mercadorias destruidoras e que, talvez, esteja em conluio com o BNDES, que agora acaba de emprestar à Volvo, que vem para o Brasil, US\$1 milhão. A Volvo, que vinha trazer capital estrangeiro para o Brasil, vem receber capital brasileiro para se instalar no País e aproveitar, diz aqui a Volvo, o diferencial entre o valor das importações e das exportações a fim de importar partes, peças e componentes da Volvo européia, sem dar sequer emprego aos trabalhadores brasileiros.

Esse realmente é um grande País. É um País que resiste a essa desadministração, que resiste a esses assaltos, que resiste a esses descabimentos. O Brasil tem futuro, porque, se não o tivesse, já teria ficado há muito tempo nas trilhas amargas do seu passado.

Durante o discurso do Sr. Lauro Campos, o Sr. Epitácio Cafeteira deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Beni Veras.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) – Concedo a palavra à Senadora Emilia Fernandes.

A SRA. EMILIA FERNANDES (PTB-RS. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o tema que pretendo abordar, nesta tarde, da tribuna do Senado Federal, está fundamentado em um programa da **Rede Globo de Televisão**, mais especificamente no Programa "Fantástico", apresentado na noite de ontem, e

que talvez muitos das Sr^{as} e Srs. Senadores tenham assistido, assim como um número significativo da população brasileira. Trata-se da matéria sobre turismo sexual, praticado nas praias da Região Nordeste brasileira.

Todos nós assistimos estarecidos aos dados e às imagens sobre o problema, que atinge mulheres, exploradas por turistas de países ricos que vêm ao Brasil desmoralizar e explorar nossas mulheres adultas e, o mais grave, as nossas jovens adolescentes.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a violência contra a mulher possui muitas faces: aparece em olhares ameaçadores, em gritos e ofensas, em opressões e tapas, em atitudes racistas e discriminatórias, em proibições e preconceitos, em estupros, em assédios, em exploração sexual e na morte.

Violência é tratar um ser humano como coisa; é restringir sua liberdade e tirar a sua capacidade de decidir. A violência acontece com cada uma das mulheres, de um jeito próprio, e aparece como um problema pessoal. Muitos afirmam isso, mas não é verdade!

A violência contra as mulheres ameaça a democracia e desrespeita os direitos humanos. É um problema de todos os governos, do Parlamento, da Justiça e da sociedade. Precisamos enfrentá-lo com força.

Crianças vivendo no desamparo, na rua, aprendendo a sobreviver, aproveitando o que têm ao seu alcance, isso é o que temos visto no nosso País.

Muitas vezes, afirma-se que a criança é o futuro do país. Discordo disso, a criança é o presente de um país. O país que não trata de suas crianças e de seus jovens será, certamente, um país sem futuro. As crianças abandonadas trazem em si as marcas do fracasso coletivo, do fracasso social, do fracasso político.

Não podemos tratar o tema de forma isolada. É preciso uma análise profunda, envolvendo desde a família até organizações assistenciais, políticas, policiais, gringos e comerciantes envolvidos no assunto. Precisamos analisar, conhecer a realidade, conhecer a vida dessas jovens, como seus sonhos, seus medos e as suas esperanças.

O tema em análise remete a questões da própria marginalização da sociedade brasileira. Quem vive na rua tem o sentido de vida fragmentado, vive de episódios soltos, desconexos, instintivos. Precisamos conhecer a história das mulheres e das crianças abandonadas. Ao contrário do que elas imaginam e muitos afirmam, as meninas e os meninos

criados na rua, explorados e marginalizados, têm história com princípio, meio e fim.

Temos dados sobre o assunto, Srs. Senadores, e os meios de comunicação têm alertado para isso. A revista **Veja**, de novembro de 1995, registra que 11.457 meninas menores de 15 anos engravidaram em nosso País, sendo que, se compararmos com dados de 1987, tínhamos um total de 7.059 meninas que engravidavam anualmente. Vejam o crescimento! Entre jovens de 15 a 19 anos, tivemos um total de 434.335 adolescentes gerando filhos para serem colocados ao mundo sem o devido esclarecimento e sem o devido acompanhamento dos pais.

Expressões como "eu não estava preparada para ser mãe". Depois de engravidar, ela continua despreparada, e o resultado é mais uma segunda gestação. "Nunca me disseram como evitar", afirma uma menina de 13 anos ao dar a luz, que teve a sua primeira relação aos 9 anos, após ter sido expulsa de casa pelos pais. Os diferentes pais de seus bebês desapareceram no ar.

O crescimento do número de meninas-mães no País nos últimos 18 anos é de 391%. No mesmo período, a população do País cresceu apenas 42,5%.

Esses dados, Srs. Senadores, indicam as dificuldades que a vida atual impõe às famílias. O problema de abuso sexual aumenta gradativamente. O assunto, portanto, precisa ser tratado com prevenção dentro e fora de casa.

A Revista **Veja** que saiu esta semana, já com data de 31 de janeiro de 1996, cujo tema é "O pesadelo dos inocentes", traz uma reportagem que anuncia "A carícia que destrói a inocência". Ela é muito interessante se não fosse profundamente preocupante e gerasse em cada um de nós a indignação. Pais, juízes e psicólogos começam a encarar a tragédia do abuso sexual de crianças. São dados da Revista **Veja**: 20.400 denúncias de maus à criança anualmente são registradas no País, sendo que 2.700 são situações de abuso sexual. E o mais grave, Srs. Senadores: 62% dos abusos sexuais acontecem dentro da família, sendo as meninas as principais vítimas – 83% dos casos. Pais e padrastos são os maiores agressores, respondendo por 50% das ocorrências.

Precisamos reunir todos esses dados, debatê-los e deles tomarmos consciência para chegarmos ao tema que foi apresentado ontem – muito bem – pelo Programa "Fantástico" da Rede Globo.

Sabemos da dedicação de muitas organizações – até não-governamentais – que, com dificuldades, graças ao esforço de seus fundadores e colaboradores, têm tentado prevenir esses abusos, têm buscado formas de conscientização de crianças, jovens, mulheres, em relação à questão.

Sabemos ainda, no entanto, que precisamos assumir mais de frente esse problema. Não podemos continuar permitindo que, sob o disfarce do turismo em nossas praias do Nordeste, que são um exemplo de beleza natural, as mulheres sejam exploradas, somando-se à exploração que já acontece por intermédio dos meios de comunicação, quer seja através da divulgação de propagandas, quer seja através de filmes que no dia a dia apresentam.

Temos que dar um basta, Srs. Senadores, a isso. Os países ricos, como a Alemanha, o Japão e outros tantos, não podem continuar trazendo o seu dinheiro sujo para dentro do nosso País. Isso é responsabilidade de todos nós.

É preciso que campanhas sejam feitas, como a que já existe no País, a campanha nacional pelo fim da exploração, violência e turismo sexual contra crianças e adolescentes, porque a realidade é mais cruel do que faz supor a campanha contra a violência.

O Sr. Bernardo Cabral - V. Exª me permite um aparte?

A SRA. EMILIA FERNANDES – Concedo o aparte a V. Exª, nobre Senador Bernardo Cabral.

O Sr. Bernardo Cabral - Senadora Emilia Fernandes, V. Exª sabe que é desnecessário dar-lhe o meu apoio, não fosse uma matéria dessas que qualquer Senador, ainda que não interrompa o seu discurso, estará sendo solidário com ele. Em setembro do ano passado, se não me falha a memória, voltava eu do exterior e trouxe ao eminente Senador Beni Veras, que ora preside esta sessão, uma revista publicada na França, cuja capa, em toda a sua extensão, era um chamamento ao turismo sexual no Nordeste. No interior da revista, a matéria indicava os pontos, os responsáveis, os que recebiam, inclusive com o depoimento da polícia que faz a prevenção e a repressão. O Senador Beni Veras me declarou que já conhecia a matéria, estava tomando providências e o fazia com a devida discriminação para que se pudesse chegar aos cabeças das empresas que exploravam esse turismo. Com essa explosão na imprensa – e que V. Exª tão bem aborda –, o trabalho de S. Exª começa a render frutos. Veja V. Exª que o próprio Presi-

dente da Embratur já declarou que, naqueles Estados onde não se puser um cobro, um freio a essa exploração infantil, não haverá mais o carreamento, a ajuda por parte de incentivos daquele órgão, que é responsável pelo turismo brasileiro. O que V. Exª faz com propriedade é dizer da responsabilidade que a Nação precisa ter para enfrentar um problema dessa natureza, que transcende qualquer ato de repressão e é muito mais de educação, princípio e convívio, porque tanto uma como outra, a criança molestada na infância ou aquela que pratica a prostituição no chamado sexo-turismo, um dia será fatalmente vítima de uma sociedade que não tomou conta, como deveria, de um problema como esse. Desculpe-me se interrompi V. Exª, mas não poderia deixar de lhe dar a minha solidariedade.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Agradeço o aparte de V. Exª, que enriquece o nosso pronunciamento e mostra mais uma vez que um assunto dessa natureza, muitas vezes colocado como de importância e necessidade de debate apenas pelas mulheres, é também tema de homens de bem e responsáveis deste País.

Queremos acrescentar que, a todo momento, abrimos páginas e páginas de revistas e nos deparamos com reportagens desse tipo.

Por exemplo, na revista **Cadernos do Terceiro Mundo**, de novembro de 1995, está escrito:

"Tanto faz se a cidade é Fortaleza, Rio de Janeiro ou ainda a região do garimpo no Norte do País, a exploração de meninas está presente. Meninas que ainda brincam de boneca, mas já vendem o corpo.

No Ceará, são anunciadas em classificados nos jornais como ninfetas da praia. No Norte do País, são trocadas por cocaína e no Sul são enviadas para países vizinhos. Mas é na região do garimpo que a situação dessas meninas se torna mais dramática: vivem em regime de virtual escravidão entre os garimpeiros, mesmo assim só enquanto estão saudáveis. Quando adoecem, são jogadas nos rios."

Precisamos buscar e somar esforços para combater esse tipo de violência contra a mulher. Campanhas nacionais existem, sim, e estamos engajadas na Frente Parlamentar que também luta contra essa discriminação. Por isso, o forte apelo de nossa campanha já está refletido em diversos pontos do planeta. Estamos articulados, inclusive, com vários países para que haja esse intercâmbio em outros países similares.

"É uma luta transnacional que cada vez mais se mobiliza e se entrelaça fortemente, numa rede planetária de informações e denúncias de exploração, violência e turismo sexual contra crianças e adolescentes.

Pretendemos, com esta campanha" – e aqui vai o nosso apelo aos Srs. Parlamentares e, em especial, ao Governo e à Primeira Dama, que coordena a Universidade Solidária, Projeto que também deve incluir orientações às mulheres e às jovens –, desenvolver ações junto à sociedade e aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário no sentido de concretizar os arts. 34 da Convenção das Nações Unidas dos Direitos da Criança e o 227 da Constituição Federal.

O art. 34 da Convenção das Nações Unidas dos Direitos da Criança conclama os Estados nacionais a "tomar medidas cabíveis a nível nacional, bilateral e multilateral a fim de proteger a criança de todas as formas de exploração e abuso sexual.

O art. 227 da Constituição Federal diz que "É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão".

Portanto, é chegado o momento de a sociedade brasileira se posicionar num esforço coletivo, reunindo todos os segmentos da sociedade civil, Conselhos de Direito e Tutelares e governos em torno dessa **Campanha Nacional**.

É hora de cada um de nós saber o quanto é importante participar."

Para satisfação nossa, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ontem, no momento em que era apresentado o programa, foi anunciado pelo repórter apresentador, o recebimento do Presidente da Embratur, Dr. Caio Luiz de Carvalho, de um fax anunciando medidas urgentes, repressivas a esse tipo de violência contra a mulher.

Queremos cumprimentar da tribuna desta Casa o discernimento e a atenção objetiva que o Presidente da Embratur manifesta neste momento. O jornal **Correio Braziliense** de hoje divulga que na

quarta-feira o Presidente da Embratur reunir-se-á com o Chefe de Gabinete, do Ministério da Justiça, José Gregori. Na pauta, um assunto delicado: turismo sexual.

"Eles pretendem fazer um detalhado levantamento das empresas de turismo brasileiras que têm ligação com agências na Europa, especializadas nesse ramo.

Cheiro de punição no ar."

Há necessidade de tomarmos medidas urgentes. O Presidente da Embratur está correto. Temos que buscar meios para inibir esse tipo de prática contra as mulheres e, principalmente, contra as meninas deste País. O Governo deve garantir recursos para programas, campanhas educacionais, tanto nas áreas da educação e social, como também da própria saúde, porque não conseguiremos atingir os objetivos que pretendemos. Precisamos penalizar, com severidade, aqueles que permitem a entrada de dinheiro sujo em nosso País a qualquer custo. Precisamos buscar punir empresas que usam em seus materiais de propaganda as mulheres em seu sentido pejorativo quanto à sua essência e natureza. Precisamos acabar com a hipocrisia, Srs. Senadores, precisamos tratar os assuntos sociais deste País de frente. Precisamos banir aqueles policiais, políticos, funcionários governamentais e aquelas empresas de turismo que, muitas vezes, até favorecem isso. Os municípios devem ter uma penalidade, sim.

Os prefeitos e governadores precisam tomar consciência de que não é desse modo que se divulgam as belezas dos seus Estados e Municípios. Portanto, precisamos agir em busca de soluções para esse problema que consideramos da máxima gravidade.

Esperamos a concretização das medidas que estão sendo anunciadas, tanto por parte da Embratur, que está diretamente relacionada com o turismo neste País, como por parte do Ministério da Justiça, do Conselho dos Direitos da Mulher e de todos os programas voltados à área social. Que se tome uma medida para que, realmente, possamos dizer que, no nosso País, apesar das dificuldades, da pobreza, da ignorância, do analfabetismo, da falta de condições dignas de moradia, no mínimo, as crianças ainda são a esperança do presente e do futuro.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) – Concedo a palavra à Senadora Marina Silva. (Pausa)

Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá por 20 minutos.

O SR. ROMERO JUCÁ (PFL-RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{tes} e Srs. Senadores, quero tratar nesta tarde de uma questão que considero da maior importância para a Região Amazônica que aqui represento.

Como Senador por Roraima, tenho acompanhado o esforço daquela região para desenvolver-se e a ausência ou a pequena disponibilidade de mecanismos de desenvolvimento regional; tenho observado o esforço que o Basa faz para sobreviver; tenho acompanhado o esforço da Sudam para gerar desenvolvimento; e tenho, sobretudo, Sr. Presidente, observado o desenrolar das atividades da Suframa. Dentre esses três segmentos, tenho visto a Superintendência da Zona Franca de Manaus como, efetivamente, a que dispõe de mais mecanismos e que tem implementado ações mais concretas para o desenvolvimento da Região. Assim, tenho lutado para que a Suframa amplie seu leque de atuações.

Quero tratar hoje de uma questão que considero equivocada. Acabo de receber um documento que trata de uma representação do Deputado Federal Confúcio Moura, de Roraima, contra a Suframa e seus dirigentes. Não tenho nenhuma procuração para defender os Diretores da Suframa, seja do seu Superintendente-Geral, Manoel Silva Rodrigues, ou de seu Diretor Superintendente-Adjunto de Administração, Lúcio Alberto de Lima Albuquerque. Até porque acho que a gestão desses Diretores, sua probidade, seriedade e a forma como têm atuado na Suframa já são a defesa deles perante qualquer entidade pública.

Como Senador da Amazônia, quero defender a Instituição Suframa, porque, da forma como é dito nesse documento pelo Deputado, talvez no afã de reformulá-la e ampliá-la, S. Ex^a institui munição para aqueles que querem, ao longo de todos esses anos, acabar com a Instituição, ou, pelo menos, diminuir seu âmbito de atuação.

Diz o ilustre Deputado que a Suframa erra ao atuar através da Portaria nº 201/95; reclama ainda o Parlamentar que recursos estão sendo direcionados para o Governo do Estado do Amazonas. Inclusive, em uma ótica, a meu ver, equivocada, S. Ex^a pede a devolução desses recursos do Governo do Amazonas para a Suframa e que esses recursos sejam re-direcionados para os outros Estados.

Pede mais o ilustre Parlamentar: a demissão imediata de todos os Dirigentes da Suframa, o seu Superintendente-Geral e seus Superintendentes-Adjuntos. Pede também a suspensão imediata das atividades da Fucapi e da Fucada. Ora, entendo, Sr. Presidente, que, ao vermos o desenvolvimento chegar a outros Estados da Amazônia, o que temos que buscar é exatamente o contrário, não é atirar pedras porque o Governo do Estado do Amazonas está recebendo recursos, temos, sim, que procurar caminhos para levá-los também para os demais Estados da Região Amazônica que se beneficiam com a atuação da Suframa.

Aliás, quero dizer, e sou testemunha disso, que em reuniões lá na Suframa, inclusive gerenciadas pelo próprio Governador do Estado da Amazônia, Amazonino Mendes, vêm se discutindo a ampliação da colocação de recursos para o restante dos Estados da Amazônia através da Portaria nº 201.

Não é, em hipótese alguma, cabível – repito – que se procure atirar pedras na direção da Suframa ou no Governo daquele Estado quando se vê a Suframa beneficiando mais diretamente o Estado do Amazonas; o que se tem que pleitear é exatamente a extensão para os outros Estados desses benefícios, inclusive a ampliação legal das atividades da Suframa, porque, hoje, grande parte dessas atividades está restrita à Zona Franca de Manaus.

Gostaria de fazer essas observações porque entendo que, apesar das considerações do Deputado Confúcio Moura, a Suframa é de fundamental importância para o desenvolvimento de toda a Região. Não é justo dizer que a Suframa atende apenas ao Estado do Amazonas; não é justo dizer que a Fucapi e a Fucada devem ser fechadas porque lá existem irregularidades; não é justo atirar pedras nos dirigentes da Suframa, por conta da tentativa de se pleitear alguns recursos para qualquer Estado que faça parte do âmbito da Superintendência da Zona Franca de Manaus.

O Sr. Bernardo Cabral – V. Ex^a permite-me um aparte?

O SR. ROMERO JUCÁ – Concedo, com muito prazer, um aparte ao Senador Bernardo Cabral.

O Sr. Bernardo Cabral – Senador Romero Jucá, ainda hoje à tarde fiz uma referência ao eminente Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, pelo Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, que criou a Zona Franca de Manaus. Algumas pessoas confundem a instituição com boatos, com referências ou com restrições, talvez

aqueles que não estejam à altura da mesma. A sua criação, quando foi imaginada, teve sobretudo o sentimento de segurança nacional, de preenchimento de vazio, querendo-se transformar aquela região numa área de desenvolvimento, com um pólo que se irradiou até o Estado de V. Ex^a. Senador Romero Jucá, V. Ex^a agora acaba de registrar, com absoluta sinceridade, que a Zona Franca não diz respeito apenas ao Estado do Amazonas. Não conheço as denúncias em si, não quero ater-me a elas; a minha intervenção é para defender a instituição. Se hoje ela é ruim, porque acabaram por transformá-la em alvo de restrições, quando se fala em "maquiagem" de produtos, entreposto e contrabando, no entanto, sem aquele pólo de desenvolvimento, seria hoje impossível imaginar o Estado do Amazonas, até porque 97% da sua receita é oriunda da Zona Franca de Manaus. Quando Constituinte, obtive apoio de um colega que hoje se encontra em plenário, do Senador Nabor Júnior, quando conseguimos inserir no Texto Constitucional o art. 40 das Disposições Transitórias, prorrogando-a por mais vinte e cinco anos. V. Ex^a não tem idéia do que sofremos por causa disso. No entanto, não há um empresário da Zona Franca de Manaus que diga que me deu uma folha de papel para minha campanha política. Quando faço a defesa da instituição, faço-a com absoluta segurança de que seria um desastre. Agora, precisamos criar mecanismos alternativos para a Zona Franca de Manaus, a fim de acabarmos de uma vez por todas com esse tipo de denúncia que mais parece um problema pessoal. Veja V. Ex^a que fujo muito dessa campanha mesquinha de campanário. Quero discutir o problema nacional sem fugir do estadual. Mas, no fundo, quando V. Ex^a defende a instituição, tem a minha solidariedade.

O SR. ROMERO JUCÁ - Senador Bernardo Cabral, é com satisfação que recebo o aparte de V. Ex^a, até porque V. Ex^a agrega, com a sua experiência, com a sua dimensão, às minhas colocações um fator que é de fundamental importância, que é exatamente todo o esforço que já foi feito, inclusive na Constituinte, quando V. Ex^a foi Relator, para manter funcionando a Zona Franca de Manaus e até ampliar sua forma de atuação.

Entendo que esse tipo de ataque individual à Instituição não presta nenhum serviço à Amazônia. Pelo contrário, qualquer Parlamentar da Amazônia que tiver bom-senso irá somar vozes no sentido de fortalecer a Zona Franca de Manaus e até ampliá-la, redimensioná-la e reestudar o seu papel como vetor de desenvolvimento, todavia nunca irá

pedir o seu fechamento, atirar pedras ou deixar de reconhecer o tamanho e a importância da ação da Zona Franca não somente no Estado que V. Ex^a representa, o Estado do Amazonas, mas em outros Estados.

Posso dar um testemunho como ex-Governador do Estado de Roraima, como Parlamentar do Estado de Roraima, que a Zona Franca de Manaus tem no Estado uma presença por meio de intervenções. É claro que queremos ampliar isso, mas a forma de ampliar não é caluniando, não é denunciando, não é tentando criar munição ou discurso para que os inimigos da Zona Franca possam pedir mais uma vez o seu fechamento.

O Sr. Nabor Júnior – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ROMERO JUCÁ – Tem V. Ex^a a palavra.

O Sr. Nabor Júnior – Senador Romero Jucá, também quero trazer a minha modesta contribuição em defesa da Zona Franca de Manaus, cuja implantação acompanhei desde os seus primórdios, porque sempre transitava pela capital amazonense e constatava: aquela era a maior conquista do seu povo. Não fora isso, Manaus não teria alcançado o desenvolvimento que todos nós verificamos quando temos o prazer de visitá-la. Progresso, no caso, que excede sua condição material como cidade, pois os incentivos fiscais levados pelo Governo Federal, através da Zona Franca, também foram concedidos aos Estados da Amazônia Ocidental. Graças a isso, no Acre, Roraima e Rondônia, as graves dificuldades enfrentadas pelas famílias são minoradas, o que lhes permite adquirir mercadorias com isenção do IPI e, às vezes, com a devolução do ICMS – ou seja, mercadorias adquiridas para o abastecimento desses Estados da Amazônia Ocidental chegam por preço mais acessível ao consumo da população. Vou mais além: a Zona Franca de Manaus tem contribuído de maneira decisiva para o desenvolvimento educacional, por exemplo, das Unidades que integram a Amazônia Ocidental. No meu Estado, todo o **campus** universitário da Universidade Federal do Acre foi financiado pela Zona Franca de Manaus. Mesmo Rondônia, Estado que o Deputado representa no Congresso Nacional e que fez essa denúncia, acaba de ser beneficiada com a implantação da área de livre comércio em Guajará-Mirim, a qual está gerando dezenas e até centenas de vagas para trabalhadores nas novas empresas, que potencializam a vida do Estado. No Acre, por exemplo, está prevista a instalação de duas áreas de livre comércio:

uma em Brasília/Epitaciolândia e a outra em Cruzeiro do Sul; o Amapá também foi beneficiado com a criação de uma área de livre comércio – estive recentemente em Macapá e verifiquei o grande movimento comercial naquela capital, como decorrência da implantação dessa área de livre comércio. É preciso que saibamos reconhecer os benefícios que a Zona Franca de Manaus trouxe para toda a região; não foi só para Manaus! Quero, com este aparte, solidarizar-me com o oportuno pronunciamento de V. Ex^a em defesa da Zona Franca de Manaus e de seus dirigentes, que têm atendido, na medida de suas possibilidades, às reivindicações dos Estados que integram a Amazônia Ocidental.

O SR. ROMERO JUCÁ – Senador Nabor Júnior, é com muita satisfação que recebo o aparte de V. Ex^a. Estou extremamente satisfeito em poder fazer hoje à tarde essas colocações e receber os apares valiosos de V. Ex^a e do Senador Bernardo Cabral.

Quero encerrar, Sr. Presidente, dizendo que tomei públicas essa denúncia e essa defesa – vim ao plenário fazer a defesa da Zona Franca e de seus dirigentes –, porque quero ressaltar que a Zona Franca de Manaus é um instrumento fundamental para o futuro de nossa Região.

Também quero deixar bem claro que, em qualquer momento que seja necessário, estarei disponível, como acredito que estarão os outros Senadores da Amazônia, para discutir, rediscutir e procurar novos caminhos que fortaleçam ainda mais a Suframa e, também, se preciso for, para discutir, defender e chegar às últimas consequências no sentido de que a Amazônia não perca o único instrumento ou o mais forte instrumento que tem para gerar desenvolvimento e levar igualdade a nosso povo.

A Suframa precisa ser reforçada e ampliada, mas isso não será feito com denúncias irresponsáveis, com acusações gratuitas a seus dirigentes e sim com responsabilidade, com uma Bancada da Amazônia unida e, mais do que isso, com a sensibilização do Governo Federal para essa questão. Quando for preciso virei a esta tribuna e defenderei a Suframa porque reconheço a importância que ela tem para a nossa Região.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

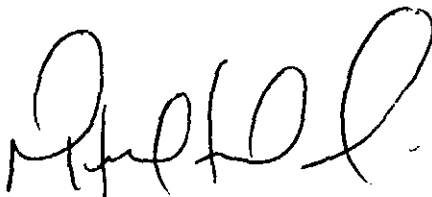
(Levanta-se a sessão às 16h46min.)

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 115, DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º., § 2º., do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993,

RESOLVE dispensar o servidor **JOSÉ AUGUSTO FERNANDES DE ARÁUJO**, matrícula 4938, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 6 - Especialidade de Segurança, da FUNÇÃO COMISSIONADA de Chefe da Seção de Farmácia, Símbolo FC-5, da Subsecretaria de Assistência Médica e Social, com efeitos financeiros a partir de 05 de dezembro de 1995.

Senado Federal, 29 de janeiro de 1996.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 116, DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º., § 2º., do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993,

RESOLVE designar a servidora **ELOIZA SALES CORREIA**, matrícula 3045, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 5 -

Especialidade de Enfermagem, para exercer a FUNÇÃO COMISSIONADA de Chefe da Seção de Farmácia, Símbolo FC-5, da Subsecretaria de Assistência Médica e Social, com efeitos financeiros a partir de 05 de dezembro de 1995.

Senado Federal, 29 de janeiro de 1996.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

SENADO FEDERAL
CONCURSO PÚBLICO
FUB / SENADO FEDERAL
EDITAL N° 05/96

CONCURSO PÚBLICO PARA ASSESSOR LEGISLATIVO - ÁREAS UM E DOZE

O Senado Federal e a Fundação Universidade de Brasília tornam público, nas relações subseqüentes, o resultado final da prova escrito-discursiva (segunda etapa), do concurso para ASSESSOR LEGISLATIVO, realizada no dia 07 de janeiro de 1996, de conformidade com os subitens 3.3.a e 3.3.b do Edital N.º 01-B/92, publicado no Diário Oficial da União do dia 28 de fevereiro de 1992, após o recebimento e apreciação dos recursos. A seguir convoca os candidatos para a Prova de Títulos.

1 - RELAÇÃO FINAL DAS NOTAS DA SEGUNDA ETAPA DO CONCURSO PARA ASSESSOR LEGISLATIVO - ÁREA UM. POR ORDEM ALFABÉTICA

00196, Adelino Fernandes de Oliveira, 10,98 / 00151, Adriana Sobral M Bernardes, 23,41 / 00023, Ana Maria Cavalcante Remigio, 17,35 / 00014, Argemiro Dias da Costa, 0,0 / 00061, Arlindo Fernandes de Oliveira, 70,72 / 00163, Ayrthon Santana Vieira, 17,97 / 00028, Carlos Shigueo Nomura, 14,95 / 00096, Celia Regina Scherdien, 8,89 / 00209, Daisy Asper Y Valdes, 1,98 / 00165, Djalba da Silva Lima, 29,45 / 00214, Fernando Antonio C de Oliveira, 0,0 / 00100, Flavio de Pilla, 44,84 / 00011, Francisco Osorio de C Ramos, 0,0 / 00010, Fred Crawford Prado, 29,79 / 00001, Gabriel Dezen Junior, 71,84 / 00106, Giselle Ribeiro, 0,0 / 00234, Helen da Costa P. Guimaraes, 21,36 / 00141, João Carlos de M Carneiro, 27,40 / 00166, Jose Messias de Souza, 0,0 / 00060, Jose Roberto Leite de Matos, 38,40 / 00025, Jose Theodoro M Menck, 44,19 / 00220, Jose Verissimo T da Mata, 40,93 / 00042, Jose Vicente dos Santos, 39,84 / 00111, Leonardo Azeredo Bandarra, 0,0 / 00016, Lilian Fonseca de Araujo Faria, 24,89 / 00187, Luiz A F N de Britto Filho, 30,36 / 00114, Luiz Alberto dos Santos, 52,97 / 00116, Luiz Goncalves de Lima Filho, 28,85 / 00015, Manoel Adan Lacayo Valente, 50,82 / 00003, Marcelo Bayma, 30,83 / 00086, Marcia Bittencourt da Costa, 40,97 / 00119, Marcia Guasti A de C Gigante, 49,95 / 00029, Maria Do Carmo G S Reis, 0,0 / 00099, Maria Jose de F Cavalcanti, 31,87 / 00056, Maria Vilani Nunes da Silva, 35,88 / 00063, Masakazu Takano, 32,84 / 00200, Naimar Mendanha Ramos, 24,95 / 00017, Odilon Cavallari de Oliveira, 45,88 / 00018, Oswaldo Paiva da Costa Gomide, 40,67 / 00179, Oviromar Flores, 7,90 / 00136, Paulo Antonio Fiuza Lima, 0,0 / 00229, Rodolfo Araujo de Moraes Filho, 23,74 / 00154, Ronald Ozorio, 19,79 / 00092, Ronaldo Jorge A Vieira Junior, 34,39 / 00067, Roselle de Castro A A Campos, 22,45 / 00047, Rosmarie Fuhrmann Schneider, 11,93 / 00024, Sergio Paulo Lopes Fernandes, 39,86 / 00019, Valmy Winston Melo Ribeiro, 30,72 / 00057, Waldenor Barros Moraes Filho, 25,40 / 00233, Walter Faco Bezerra, 8,94.

2 - RELAÇÃO FINAL DAS NOTAS DA SEGUNDA ETAPA DO CONCURSO PARA ASSESSOR LEGISLATIVO - ÁREA DOZE, POR ORDEM ALFABÉTICA

00147, Ademir Malavazi, 29,03 / 00169, Adilson de Almeida Vasconcelos, 24,47 / 00015, Alessandro Gagnor Galvao, 67,51 / 00071, Andre Feijo Barroso, 61,59 / 00150, Antonio Carlos A Scartezini, 18,60 / 00205, Carlos Alberto de Sousa Lopes, 19,09 / 00029, Catarina de Carvalho Guerra, 0,0 / 00001, Claudio Araujo Reis, 0,0 / 00299, Dourivan da Silva Lima, 24,76 / 00278, Francisco Jose Coelho Saraiva, 71,55 / 00317, Giovane de Azevedo Franca, 67,00 / 00167, Helena Maria de Freitas Chagas, 50,86 / 00087, Jeova Franklin de Queiroz, 57,66 / 00044, Joao Alves de Carvalho Neto, 66,71 / 000130, Joao Bosco Bezerra Bomfim, 85,97 / 00145, Joao Eustaquio da Silveira, 78,07 / 00036, Jose Humberto Mancuso, 64,82 / 00224, Jose Luiz Celeste, 24,11 / 00009, Jose Luiz Peron, 72,23 / 00010, Jose Luiz Thadeu P Martins, 46,11 / 00157, Lino Antonio Raposo Moreira, 0,0 / 00136, Luciano Brasil de Araujo, 72,00 / 00124, Luiz Fernando Terra Tallarico, 65,23 / 00037, Luiz Martim Pereira, 12,36 / 00175, Lumi Kihara, 71,30 / 00028, Marcia Rocha, 46,95 / 00006, Marja Clara Alvares C Dias, 31,01 / 00273, Maria do Socorro Almeida Vale, 54,94 / 00174, Maria Luiza Jacobson, 74,22 / 00034, Maria Tereza Cruvinel, 82,31 / 00179, Martinho Leal Campos, 61,64 / 00222, Mellina Motta de Paula, 56,10 / 00102, Modesto Marques de Oliveira, 0,0 / 00314, Paulo Chaves de R Martins, 75,09 / 00046, Pedro Braga dos Santos, 61,99 / 00233, Rahija Chequer Bressan, 17,69 / 00125, Raul Di Sergi Baylao, 0,0 / 00188, Regina Maria de Souza, 53,62 / 00094, Ricardo Mandelli Bisi, 28,89 / 00062, Rosangela Gomes da Nobrega, 59,30 / 00041, Samira Abrahao, 79,55 / 00234, Sebastiao Roberto Bressan, 20,94 / 00018, Sergio Luiz Gaio, 48,20 / 00280, Silvia Alves Fierro Sevilla, 35,01 / 00032, Silvia Pinto de Lara Rezende, 75,58 / 00014, Teresa Cristina B Labarrere, 17,50 / 00138, Ubirajara Wense Dias, 8,49 / 00320, Ulisses Lisboa Perazzo Lannes, 66,32 / 00152, Vera Lucia D'alto Manzolillo, 76,96 / 00143, Vinicius Becker Costa, 81,41.

3 - RELAÇÃO DOS CONVOCADOS PARA A PROVA DE TÍTULOS - ASSESSOR LEGISLATIVO - ÁREA 1, na seguinte ordem: inscrição e nome do candidato por ordem alfabética:

00061, Arlindo Fernandes de Oliveira / 00001, Gabriel Dezen Junior.

4. RELAÇÃO DOS CONVOCADOS PARA A PROVA DE TÍTULOS - ASSESSOR LEGISLATIVO - ÁREA 12, na seguinte ordem: inscrição e nome do candidato por ordem alfabética:

00278, Francisco Jose Coelho Saraiva, 00130, Joao Bosco Bezerra Bomfim, 85,97 / 00145, Joao Eustaquio da Silveira, 00009, Jose Luiz Peron/ 00136, Luciano Brasil de Araujo / 00175, Lumi Kihara / 00174, Maria Luiza Jacobson / 00034, Maria Tereza Cruvinel / 00314, Paulo Chaves de R Martins /00041, Samira Abrahao / 00032, Silvia Pinto de Lara Rezende / 00152, Vera Lucia D'alto Manzolillo / 00143, Vinicius Becker Costa.

5 - PROVA DE TÍTULOS (caráter classificatório).

5.1 - Os candidatos deverão apresentar os seus títulos de acordo com essas Normas e o modelo à disposição no CESPE. Só serão considerados os títulos incluídos no formulário a ser preenchido de acordo com o modelo. O prazo para a entrega dos títulos e a relação dos mesmos, em duas vias, será de 05 a 14/02/96 (inclusive sábado e domingo) no Setor de Atendimento ao Candidato, no subsolo do Instituto Central de Ciências - ICC, Ala Norte Campus Universitário Darcy Ribeiro, da Universidade de Brasília, de 8h30min às 11h30min e de 14h30min às 17h30min.

6 - Normas para a Prova de Títulos

6.1 - Serão atribuídos pontos somente a títulos comprovados com documentos originais ou cópias autenticadas em Cartório, que forem apresentados no prazo de 10 dias corridos (de 05 a 14/02/96).

6.2 - No caso de títulos referentes a trabalhos publicados serão aceitas cópias de boa qualidade, não havendo necessidade de autenticação em Cartório. Em todos os casos é importante que conste claramente o nome do candidato.

6.3 - Trabalhos publicados sem o nome do candidato deverão ser acompanhados de documento, emitido pelo Editor ou dirigente do órgão ou empresa responsável pela publicação, com firma reconhecida, atestando a autoria.

6.4 - Dissertações/Teses de Mestrado e de Doutorado não serão consideradas como trabalhos publicados, para efeito de contagem de pontos.

6.5 - Para efeito de contagem de pontos os livros terão mais de 150 páginas numeradas e as monografias e opúsculos, até 150 páginas.

7 - Para a comprovação dos Títulos o candidato deverá:

7.1 - Apresentar ao CESPE uma relação dos Títulos apresentados em duas vias, assinadas pelo candidato, de acordo com o modelo a ser fornecido, com o número de classificação e denominação do título, conforme o Quadro de Atribuição de Pontos para a Prova de Títulos.

7.2 - Entregar ao CESPE cada documento com o respectivo número de classificação e em ordem crescente, mediante recibo.

8 - Títulos referentes a cursos e magistério somente terão validade se expedidos por instituições reconhecidas pelo Conselho Federal de Educação. Títulos obtidos no exterior deverão estar traduzidos e convalidados ou reconhecidos no Brasil por Universidades ou instituições autorizadas. Somente serão considerados cursos que tenham sido concluídos até 29 de novembro de 1995.

9 - Títulos referentes à Experiência Profissional com vínculo empregatício (inclusive magistério) incluem a comprovação do vínculo empregatício (Carteira de Trabalho ou documento equivalente) a ser usado para contagem do tempo de atividade. O vínculo deverá ter suporte na legislação que estabelece e regula a profissão do candidato.

10 - Títulos referentes à *Experiência Profissional* em atividades autônomas deverão ser comprovados de acordo com a Lei, definindo-se claramente o período de tempo em que as atividades foram exercidas.

11 - Os pontos serão concedidos segundo o *Quadro de Atribuição de Pontos para a Prova de Títulos* que se encontra adiante. No referido Quadro, estão definidos os pontos a serem atribuídos e os seus limites. A contagem de tempo para a atribuição dos pontos será feita até o dia 29 de novembro de 1995.

QUADRO DE ATRIBUIÇÃO DE PONTOS PARA A PROVA DE TÍTULOS		
1. FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA (Máximo de pontos do conjunto: 20 pontos)		
N.º DE CLASSIFICAÇÃO E NOME DO TÍTULO	VALOR UNITÁRIO	MÁXIMO DE PONTOS
1.1 Curso de Graduação	3	6
1.2 Mestrado (pleno, com tese)	5	10
1.3 Doutorado (pleno, com tese)	7	14
1.4 Especialização (mínimo de 360 horas cada título)	2	10
1.5 Extensão e outros cursos (mínimo de 30 horas cada título, ou avaliação com nota e aprovação)	0,5	10
2. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL (Máximo de pontos do conjunto: 50 pontos)		
N.º DE CLASSIFICAÇÃO E NOME DO TÍTULO	VALOR UNITÁRIO	MÁXIMO DE PONTOS
2.1 Magistério Superior (mínimo de 6 meses -6m)	1,06/m	15
2.2 Exercício da profissão (mínimo de 6 meses)	0,8/6m	16
2.3 Cargos de Direção em órgãos/empresas públicas (mínimo de 6m)	0,5/6m	10
2.4 Assessoramento a Presidentes da República e Ministros (executivo, legislativo (TCU) e judiciário; mínimo 6m)	0,4/6m	12
2.5 Assessoramento a Senadores e Deputados Federais (mínimo de 6m)	0,4/6m	12
2.6 Assessoramento a Governadores e a Secretários de Estado (mínimo de 6m)	0,4/6m	12
2.7 Assessoramento a Deputados Estaduais e Distritais (mínimo de 6m)	0,3/6m	12
2.8 Assessoramento a Prefeitos e Vereadores (tempo mínimo de 6m)	0,1/6m	05
2.9 Assessorias diversas (mínimo de 6m)	0,1/6m	05
3. TRABALHOS PUBLICADOS (Máximo de pontos do conjunto: 30 pontos)		
N.º DE CLASSIFICAÇÃO E NOME DO TÍTULO	VALOR UNITÁRIO	MÁXIMO DE PONTOS
3.1 Livros (autoria exclusiva)	1	15
3.2 Monografias e opúsculos (autoria exclusiva)	0,7	14
3.3 Livros (em co-autoria)	0,7	14
3.4 Monografias e opúsculos (em co-autoria)	0,2	5
3.5 Capítulos de livros, monografias e opúsculos (de autoria exclusiva)	0,3	10
3.6 Capítulos de livros, monografias e opúsculos (em co-autoria)	0,05	5
3.7 Artigos publicados em revistas ou publicações especializadas (de autoria exclusiva)	0,3	10
3.8 Artigos publicados em revistas ou publicações especializadas (em co-autoria)	0,1	5
3.9 Elaboração de projetos e programas (em co-autoria)	0,2	2

AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL
SENADO FEDERAL

CARLOS AUGUSTO DE SÃO JOSÉ
DIRETOR DO CESPE
UnB

MESA**Presidente**

José Sarney – PMDB – AP

1º Vice-Presidente

Teotônio Vilela Filho – PSDB – AL

2º Vice-Presidente

Júlio Campos – PFL – MT

1º Secretário

Odacir Soares – PFL – RO

2º Secretário

Renan Calheiros – PMDB – AL

3º Secretário

Levy Dias – PPB – MS

4º Secretário

Emandes Amorim – PMDB – RO

Suplentes de Secretário

Antonio Carlos Valadares – PSB – SE

José Eduardo Dutra – PT – SE

Luiz Alberto de Oliveira – PTB – PR

Ney Suassuna – PMDB – PB

CORREGEDORIA PARLAMENTAR**Corregedor**

(Eleito em 16-3-95)

Romeu Tuma – PSL – SP

Corregedores Substitutos

(Eleitos em 16-3-95)

1º) Senador Ramez Tebet – PMDB – MS

2º) Senador Joel de Holanda – PFL – PE

3º) Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Designação: 16 e 23-11-95)

Nabor Júnior – PMDB – AC

Waldeck Ornelas – PFL – BA

Emília Fernandes – PTB – RS

José Ignácio Ferreira – PSDB – ES

Lauro Campos – PT – DF

LIDERANÇA DO GOVERNO**Líder**

Elcio Alvares – PFL – ES

Vice-Líderes

José Roberto Arruda – PSDB – DF

Vilson Kleinübing – PFL – SC

Ramez Tebet – PMDB – MS

Luiz Alberto de Oliveira – PTB – PR

LIDERANÇA DO PMDB**Líder**

Jáder Barbalho

Vice-Líderes

Ronaldo Cunha Lima

Nabor Júnior

Gerson Camata

Carlos Bezerra

Ney Suassuna

Gilvan Borges

Fernando Bezerra

Gilberto Miranda

LIDERANÇA DO PFL**Líder**

Hugo Napoleão

Vice-Líderes

Edison Lobão

Francelino Pereira

Joel de Holanda

Romero Jucá

LIDERANÇA DO PSDB**Líder**

Sérgio Machado

Vice-Líderes

Geraldo Melo

José Ignácio Ferreira

Lúdio Coelho

LIDERANÇA DO PPB**Líder**

Epitácio Cafeteira

Vice-Líderes

Leomar Quintanilha

Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PT**Líder**

Eduardo Suplicy

Vice-Líder

Benedita da Silva

LIDERANÇA DO PTB**Líder**

Valmir Campelo

Vice-Líder

Arlindo Porto

LIDERANÇA DO PDT**Líder**

Júnia Marise

LIDERANÇA DO PPS**Líder**

Roberto Freire

LIDERANÇA DO PSB**Líder**

Ademir Andrade

LIDERANÇA DO PSL**Líder**

Romeu Tuma

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Eleito em 19-4-95)

Presidente:

Vice-Presidente:

Titulares

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebei
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna

1. Elcio Alvares
2. Francelino Pereira
3. Waldeck Ornelas
4. José Alves

1. Lácio Alcântara
2. Pedro Piva

1. Epitácio Cafeteira

1. Emília Fernandes

1. Osmar Dias

1. Marina Silva

1. Darcy Ribeiro

PMDB

PFL

PSDB

PPB

PTB

PP

PT

PDT

Suplentes

1. Onofre Quinan
2. Gerson Camata
3. Flaviano Melo
4. Coutinho Jorge

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Vilson Kleintübing
4. José Bianco

1. Jefferson Peres
2. José Ignácio Ferreira

1. Lucídio Portella

1. Arlindo Porto

1. Antônio Carlos Valadares

1. Lauro Campos

1. Sebastião Rocha

Membro Nato

Romeu Tuma (Corregedor)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

Diretora: SÔNIA DE ANDRADE PEIXOTO

Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

SERVIÇO DE COMISSÕES ESPECIAIS E DE INQUÉRITO

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO

Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: ADRIANA TAVARES SOBRAL (Ramal: 4252)
CARLOS GUILHERME FONSECA (Ramal: 3510)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3623)
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPÇÃO CRUZ

Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)
IVANILDE PEREIRA DIAS (Ramal: 3503)
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO

Ramais: 4638 - 3492

Secretários: ANTONIO CARLOS P. FONSECA (Ramal: 4604)
CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
IZAIAS FARIA DE ABREU (Ramal: 3935)
PAULO ROBERTO A. CAMPOS (Ramal: 3496)
RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608)
VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR GILBERTO MIRANDA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR PEDRO PIVA

(27 TITULARES E 27 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
GILVAN BORGES	AP-2151/52	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2- MAURO MIRANDA	GO-2091/92
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-FLAVIANO MELO	AC-3493/94
ONOFRE QUINAN	GO-3148/49	4-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/22
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/62	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04
PFL			
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
JONAS PINHEIRO	MT-2271/72	3- WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
BELLO PARGA	MA-3069/70	4-ROMERO JUCÁ	RR-2111/12
FREITAS NETO	PI-2131/32	5-JOSÉ BIANCO	RO-2231/32
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	6-ELCIO ALVARES	ES-3130/31
CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69	7-HUGO NAPOLEÃO	PI- 1504/05
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-VAGO	
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	2-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
PEDRO PIVA	SP-2351/52	3-SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82
GERALDO MELO	RN-2371/72	4-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
PPR			
ESPERIDIÃO AMIN *3	SC-4200/06	1-EPITÁCIO CAFETEIRA *5	MA-4073/74
LEOMAR QUINTANILHA *4	TO-2071/72	2-LUCÍDIO PORTELLA *6	PI-3055/56
PT			
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	1- JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/92
EDUARDO SUPLYCY	SP-3213/15	2- ADEMIR ANDRADE *1	PA -2101/02
PTB			
VALMIR CAMPELO	DF-1046/1146	1-VAGO	
ARLINDO PORTO	MG-2321/22	2-LUIZ ALBERTO OLIVEIRA	PR-4059/60
PP			
JOÃO FRANÇA *7	RR-3067/3068	1-BERNARDO CABRAL *8	AM-2081/82
OSMAR DIAS *2	PR-2121/22	2-JOSÉ ROBERTO ARRUDA *9	DF-2011/12
PDT			
JÚNIA MARISE	MG-4751/52	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46

*1 - ADEMIR ANDRADE(PSB) - vaga cedida pelo PT

*2 - OSMAR DIAS - desligou-se do PP em 22/06/95

*3 - ESPERIDIÃO AMIN - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/95

*4 - LEOMAR QUINTANILHA - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/95

*5 - EPITÁCIO CAFETEIRA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

*6 - LUCÍDIO PORTELLA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

*7 - JOÃO FRANÇA - desligou-se do PP em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

*8 - BERNARDO CABRAL - desligou-se do PP e também do PPB, em 25/10/95

*9 - JOSÉ ROBERTO ARRUDA - desligou-se do PP em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA Nº 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255
FAX: 311-4344

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS

VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON

(29 TITULARES E 29 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97	1-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
GILVAN BORGES	AP-2151/57	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/50
PEDRO SIMON	RS-3230/32	3-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27	5-COUTINHO JORGÊ	PA-3050/4393
MAURO MIRANDA	GO-2091/97	6-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	7-VAGO	
VAGO		8-VAGO	
PFL			
ROMERO JUCA	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-JOSÉ BIANCO	RO-2231/37
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97	3-EDISON LOBÃO	MA-2311/17
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	4-ELCIO ALVARES	ES-3130/32
BELLO PARGA	MA-3069/72	5-FREITAS NETO	PI-2131/37
WALDECK ORNELAS	BA-2211/17	6-JOEL DE HOLANDA	PE-3197/99
VAGO		7-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/37
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-GERALDO MELO	RN-2371/77
CARLOS WILSON	PE-2451/57	3-JEFFERSON PERES	AM-2061/67
VAGO		4-LÚDIO COELHO	MS-2381/87
PPR			
LEOMAR QUINTANILHA *2	TO-2071/77	1-ESPERIDIÃO AMIN *4	SC-4206/07
LUCÍDIO PORTELLA *3	PI-3055/57	2-EPITÁCIO CAFETEIRA *5	MA-4073/74
PT			
MARINA SILVA	AC-2181/87	1-JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	2-VAGO	
PP			
ANTÔNIO CARLOS VALADARES*6	SE-2201/04	1-JOÃO FRANÇA *7	RR-3067/68
OSMAR DIAS *1	PR-2121/27	2-JOSÉ ROBERTO ARRUDA *8	DF-2011/17
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/34	1-VAGO	
VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348	2-LUIZ ALBERTO OLIVEIRA	PR-4059/60
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/31	1-JUNIA MARISE	MG-7453/4018
PSB / PL / PPS			
VAGO		1-VAGO	

*1 - OSMAR DIAS - desligou-se do PP em 22/06/95

*2 - LEOMAR QUINTANILHA - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/95

*3 - LUCÍDIO PORTELLA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

*4 - ESPERIDIÃO AMIN - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/95

*5 - EPITÁCIO CAFETEIRA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

*6 - ANTONIO CARLOS VALADARES - desligou-se do PP, em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

*7 - JOÃO FRANÇA - desligou-se do PP em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

*8 - JOSÉ ROBERTO ARRUDA - desligou-se do PP em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.

SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ

FONES DA SECRETARIA: 311- 4608/3515

SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359

FAX: 311-3652

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: SENADOR IRIS REZENDE

VICE-PRESIDENTE: SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA

(23 TITULARES E 23 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
IRIS REZENDE	GO-2031/37	1-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27	2-PEDRO SIMON	RS-3230/32
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-GILVAN BORGES	AP-2151/57
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	4-CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/06
JADER BARBALHO	PA-3051/53	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/47
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	2-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	3-HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80
ELCIO ALVARES	ES-3130/32	4-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-FREITAS NETO	PI-2131/37
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	6-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27	1-SÉRGIO MACHADO	CE-2284/87
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-BENI VERAS	CE-3242/43
JEFFERSON PERES	AM-2061/67	3-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36
PPR			
ESPERIDIÃO AMIN *3	SC-4206/07	1-EPITÁCIO CAFETEIRA *4	MA-4073/74
PT			
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77
PP			
BERNARDO CABRAL *5	AM-2081/87	1-ANTÔNIO CARLOS VALADARES*6	SE-2201/04
PTB			
LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA	PR-4059/60	1-ARLINDO PORTO	MG-2321/27
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-JÚNIA MARISE	MG-4751/52
PSB			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/07	1- EDUARDO SUPCLY *1	SP-3215/16
PL			
ROMEU TUMA *2	SP-2051/57	1- VAGO	
PPS			
ROBERTO FREIRE	PE-2161/67	1- VAGO	

*1 - EDUARDO SUPLICY (PT) - vaga cedida pelo PSB

*2 - ROMEU TUMA - desligou-se do PL em 07/08/95

*3 - ESPERIDIÃO AMIN - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/95

*4 - EPITÁCIO CAFETEIRA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

*5 - BERNARDO CABRAL - desligou-se do PP e também do PPB em 25/10/95

*6 - ANTONIO CARLOS VALADARES - desligou-se do PP, em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.

SECRETÁRIA: VERA LÚCIA LACERDA NUNES

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541

FAX: 311- 4315

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
PRESIDENTE: SENADOR ROBERTO REQUIÃO
VICE-PRESIDENTE: SENADORA EMÍLIA FERNANDES
(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PMDB			
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
IRIS REZENDE	GO-2031/32	3-FLAVIANO MELO	AC-3493/94
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02	4-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
GERSON CAMATA	ES-3203/04	5-vago	
JADER BARBALHO	PA-2441/42	6-vago	
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	7-vago	
PFL			
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	1-vago	
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12	2-VILSON KLEINUBING	SC-2041/42
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86	3-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	4-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/92
JOSÉ BIANCO	RO-2231/32	5-BELLO PARGA	MA-3069/70
vago		6-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
vago		7-vago	
PSDB			
ARTHUR DA TÁVOLA	RJ-2431/32	1-BENI VERAS	CE-3242/43
PEDRO PIVA	SP-2351/52	2-JEFFERSON PERES	AM-2061/62
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
vago		4-vago	
PPR			
EPITÁCIO CAFETEIRA *4	MA-4073/74	1-LUCÍDIO PORTELLA *6	PI-3055/56
LEOMAR QUINTANILHA *5	TO-2071/72	2-ESPERIDIÃO AMIN *7	SC-4206/07
PT			
MARINA SILVA	AC-2181/82	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/72
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	2-ROBERTO FREIRE *1	PE-2161/67
PP			
JOSÉ ROBERTO ARRUDA *8	DF-2011/12	1-OSMAR DIAS *2	PR-2121/22
VAGO		2-BERNARDO CABRAL *9	AM-2081/82
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/32	1-ARLINDO PORTO	MG-2321/22
MARLUCE PINTO *3	RR-1101/1201	2-VALMIR CAMPELO	DF-1348/1248
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46

*1 - ROBERTO FREIRE (PPS) - vaga cedida pelo PT

*2 - OSMAR DIAS - desligou-se do PP em 22/06/95

*3 - MARLUCE PINTO - desligou-se do PTB em 1º/06/95

*4 - EPITÁCIO CAFETEIRA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

*5 - LEOMAR QUINTANILHA - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/95

*6 - LUCÍDIO PORTELLA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

*7 - ESPERIDIÃO AMIN - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/95

*8 - JOSÉ ROBERTO ARRUDA - desligou-se do PP em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

*9 - BERNARDO CABRAL - desligou-se do PP e também do PPB, em 25/10/95

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
 SECRETÁRIO: ANTÔNIO CARLOS P. FONSECA
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276
 FAX: 311-3121

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

PRESIDENTE: SENADOR EDISON LOBÃO

VICE-PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES

(17 TITULARES E 09 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
RAMEZ TEBET	MS-2222/23	1-GILVAN BORGES	AP-2151/52
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
FLAVIANO MELO	AC-3493/94		
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40		
JADER BARBALHO	PA-2441/42		
PFL			
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	1-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JOSÉ ALVES	SE-4055/56		
EDISON LOBÃO	MA-2311/12		
PSDB			
CARLOS WILSON	PE-2451/52	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/22
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/85		
PPR			
EPITÁCIO CAFETEIRA *1	MA-4073/74	1-LEOMAR QUINTANILHA *2	TO-2071/72
PT			
EDUARDO SUPICY	SP-3215/16	1-LAURO CAMPOS	DF-2341/42
PP			
ANTÔNIO CARLOS VALADARES*3	SE-2202/02	1-JOÃO FRANÇA *4	RR-3067/68
PTB			
LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA	PR-4059/60	1-VALMIR CAMPELO	DF-12/1348
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30		
PSB / PL / PPS			

vago

*1 - EPITÁCIO CAFETEIRA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

*2 - LEOMAR QUINTANILHA - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/95

*3 - ANTONIO CARLOS VALADARES - desligou-se do PP, em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

*4 - JOÃO FRANÇA - desligou-se do PP em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:30 HORAS

SECRETÁRIO: IZAIAS FARIA DE ABREU

TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

SALA Nº 06 ALA SENADOR NILO COELHO

TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3254

FAX: 311-1095

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ AGRIPINO MAIA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR ARLINDO PORTO

(23 TITULARES E 23 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
MAURO MIRANDA	GO-2091/2097	2-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
ONOFRE QUINAN	GO-3148/3150	2-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204	4-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/3106
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467	5-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	6-VAGO	
PFL			
FREITAS NETO	PI-2131/2137	1-CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/4069
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/2367	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/3174
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	3-JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
VILSON KLEINUBING	SC-2041/2047	4-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/3247
ELCIO ALVARES	ES-3130/3132	5-WALDECK ORNELAS	BA-2211/2217
VAGO		6-JOSÉ ALVES	SE-4055/4057
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027	1-PEDRO PIVA	SP-2351/2353
LÚDIO COELHO	MS-2381/2387	2-GERALDO MELO	RN-2371/2377
VAGO		3-CARLOS WILSON	PE2451/2457
PPR			
LUCÍDIO PORTELLA *3	PI-3055/3057	1-LEOMAR QUINTANILHA *5	TO-2071/2077
PP			
JOSÉ ROBERTO ARRUDA *4	DF-2011/2017	1-OSMAR DIAS *1	PR-2121/2127
PDT			
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/2247	1-DARCY RIBEIRO	RJ-4229/4231
PTB			
ARLINDO PORTO	MG-2321/2321	1-EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/2334
PT			
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/2397	1-MARINA SILVA	AC-2181/2187
PSB			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/2107	1-VAGO	
PL			
ROMEU TUMA *2	SP-2051/2052	1-VAGO	
PPS			
ROBERTO FREIRE	PE-2161/2162	1-VAGO	

*1 - OSMAR DIAS - desligou-se do PP em 22/06/95

*2 - ROMEU TUMA - desligou-se do PL em 07/06/95

*3 - LUCÍDIO PORTELLA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

*4 - JOSÉ ROBERTO ARRUDA - desligou-se do PP em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

*5 - LEOMAR QUINTANILHA - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/95

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.

SECRETÁRIO: CELSO PARENTE

TEL. DA SECRETARIA: 311-4354/4607

SALA Nº 13 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311- 3292 (FAX)

FAX: 311-3286

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

VICE-PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL

(19 TITULARES E 19 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
RAMEZ TEBET	MS-2222/23	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
FLAVIANO MELO	AC-3493/94	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	3-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27
PEDRO SIMON	RS-3230/31	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/41	5-IRIS REZENDE	GO-2031/37
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1- JONAS PINHEIRO	MT-2271/77
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA -2191/97	2- BELLO PARGA	MA-3069/72
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86	3-JOÃO ROCHA	TO-4071/72
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99	5-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
PSDB			
GERALDO MELO	RN-2371/77	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36	2-CARLOS WILSON	PE-2451/57
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-PEDRO PIVA	SP-2351/53
PPR			
EPITÁCIO CAFETEIRA *2	MA-4073/74	1-LEOMAR QUINTANILHA *3	TO-3055/57
PT			
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	1-MARINA SILVA	AC-2181/87
PP			
BERNARDO CABRAL *4	AM-2081/87	1-ANTONIO CARLOS VALADARES*5	SE-2201/04
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/34	1-ARLINDO PORTO	MG-2321/22
PDT			
SEBASTIAO ROCHA	AP-2241/47	1-DARCY RIBEIRO	RJ-3188/89
PSB / PL / PPS			
ROMEU TUMA *1	SP-2051/57	1-ADEMIR ANDRADE	PA-2101/07

*1 - ROMEU TUMA - desligou-se do PL em 07/06/95

*2 - EPITÁCIO CAFETEIRA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

*3 - LEOMAR QUINTANILHA - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/95

*4 - BERNARDO CABRAL - desligou-se do PP e também do PPB, em 25/10/95

*5 - ANTONIO CARLOS VALADARES - desligou-se do PP, em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: PAULO ROBERTO A. CAMPOS
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496

SALA Nº 07 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367
FAX: 311-3546

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL**(SEÇÃO BRASILEIRA)**

(Designada em 25-4-95)

Presidente: Deputado PAULO BORNHAUSEN

Vice-Presidente: Senador CASILDO MALDANER

Secretário-Geral: Senador LÚDIO COELHO

Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROGÉRIO SILVA

SENADORES

Titulares		Suplentes
	PMDB	
José Fogaça Casildo Maldaner		Marluce Pinto ¹ Roberto Requião
	PFL	
Vilson Kleinübing Romero Jucá		Joel de Hollanda Júlio Campos
	PSDB	
Lúdio Coelho		Geraldo Melo
	PPB	
Esperidião Amin		
	PTB	
Emília Fernandes		

Osmar Dias²

PP

PT

Benedita da Silva
Eduardo Suplicy
Lauro Campos**DEPUTADOS**

Titulares		Suplentes
	Bloco Parlamentar PFL/PTB	
Luciano Pizzatto Paulo Bornhausen		Antônio Ueno José Carlos Vieira
	PMDB	
Paulo Ritzel Valdir Colatto		Elias Abrahão Rivaldo Macari
	PSDB	
Franco Montoro		Yeda Crusius
	PPB	
Rogério Silva		João Pizzolatti
	PP	
Dilceu Sperafico		Augustinho Freitas
	PT	
Miguel Rossetto		Luiz Mainardi

¹ Pedro Simon substituído por Marluce Pinto, em 2-10-95.² Filiado ao PSDB em 22-6-95.



EDIÇÃO DE HOJE: 40 PÁGINAS